



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Rua General Rondon, 1295 - Bairro Centro, Macapá/AP, CEP 68900-911
Telefone: - <https://www.tjap.jus.br>

EDITAL Nº 90007/2026

Processo nº 0019658-91.2025.8.03.0901

Torna-se público que o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, por meio da Secretaria de Gestão de Licitações e Contratos, sediada na Av. General Rondon, nº 1295, Centro, Macapá/AP, realizará licitação, na modalidade pregão, de acordo com o contido no Processo Administrativo SEI 0019658-91.2025.8.03.0901, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, conforme data, horário e endereço indicados a seguir:

Data de sessão: 14/05/2026

Horário da abertura da sessão: 08 horas

Endereço: compras.gov.br - UASG: 925306

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por dois itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar desta licitação:

- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.5.2.1. o autor a que se refere este item poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
 - 2.5.2.2. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
 - 2.5.2.3. o disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.5.3.1. empresa a que se refere este item poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
 - 2.5.3.2. o disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.5.4.1. Este impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8. agente público do TJAP, mesmo que indiretamente, inclusive na execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 2.5.8.1. A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Quantidade cotada;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital e seus anexos;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e endereço indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. critério de julgamento é menor preço por grupo.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem e desde que devidamente regulamentados:
- 5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.1. empresas estabelecidas no Estado do Amapá;
 - 5.21.2. empresas brasileiras;
 - 5.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.24.1. A proposta constitui-se em documento formal, conforme Anexo VIII, no qual devem constar as seguintes informações:

5.24.1.1. Especificações do objeto, contendo descrição dos itens e seus respectivos valores unitários e totais;

5.24.1.2. Dados da empresa, contendo CNPJ, razão social, nome fantasia, e-mail, contato telefônico, número de Whatsapp, nome do representante legal e dados bancários (banco, agência e número da conta corrente); e

5.24.1.3. Assinatura do representante legal da empresa.

5.24.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.7 e 2.8 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

6.1.5. Certidão negativa de licitante inidôneo, emitida pelo Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:9858666689572:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outro.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento da proposta.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Resolução nº 1571/2023 – TJAP.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 6.8.1. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Erros meramente materiais não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada em cartório ou por servidor público do TJAP, quando houver necessidade com motivo registrado na sessão pública.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato eletrônico.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail licitações@tjap.jus.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.1.1. Feita a vistoria, o licitante receberá da Administração a certidão de vistoria prévia, conforme modelo do anexo VI.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a certidão exigida no presente item por declaração formal de que não fez vistoria nos locais onde ocorrerá a prestação do serviço, assumindo inteiramente a responsabilidade e consequências por essa omissão, mantendo as garantias exigidas, conforme modelo do anexo VII.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Resolução nº 1571/2023 – TJAP, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de 02 horas.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.tjap.jus.br.

8.10.1. O interessado pode requerer instrução para acesso aos autos.

9. DO CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1. A assinatura do termo de contrato observará o disposto nos itens 14.7 a 14.11.

9.2.2. O prazo do item 9.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.2.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.2.4. Deverá ser apresentada, até a assinatura do contrato, a Declaração de Inexistência de Nepotismo, conforme anexo IX.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços observará o disposto nos itens 14.7 a 14.11.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no termo de referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Resolução nº 1594/2023/TJAP.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.6. fraudar a licitação
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da licitação.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da licitação.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.2.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados mediante o envio para o endereço eletrônico licitacoes@tjap.jus.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. O adjudicatário deverá, obrigatoriamente, efetuar seu cadastro como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), condição necessária para o recebimento de comunicações formais e participação nos trâmites processuais administrativos referentes à contratação.

14.7.1. Para tanto, deverá realizar previamente o pré-cadastro por meio do seguinte link: https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

14.7.2. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o representante legal que enviou a proposta deverá encaminhar cópias digitalizadas do documento de identidade (RG), CPF e comprovante de endereço para o e-mail institucional sei@tjap.jus.br, a fim de viabilizar a validação do cadastro.

14.7.3. As instruções completas para realização do cadastro de usuários externos estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.tjap.jus.br/portal/sei/acessos.html>

14.8. Realizado o cadastro, o Adjudicatário poderá acessar o sistema, por meio do link: https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

14.9. O não cadastramento no Sistema Eletrônico de Informação - SEI/TJAP configura recusa à assinatura do termo de contrato ou à aceitação do instrumento equivalente, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida nos termos do §5º do art. 90 da Lei federal nº. 14.133, de 2021, sujeitando o Adjudicatário às penalidades legais.

14.10. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI-TJAP importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14.11. A apresentação de proposta à licitação importa em aceitação expressa de recebimento de notificações por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal – SEI/TJAP.

14.11.1. Efetuado o cadastro, as notificações serão encaminhadas exclusivamente ao endereço eletrônico registrado.

14.11.2. A ausência de manifestação expressa e tempestiva do cadastrado após o encaminhamento de notificação ao endereço eletrônico registrado poderá importar em declaração de revelia, devendo ser observados os prazos legais para defesa prévia e alegações finais

14.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tjap.jus.br.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.16.1. Anexo I: Termo de Referência;
- 14.16.2. Anexo II: Estudo Técnico-Preliminar;
- 14.16.3. Anexo III: especificações técnicas detalhadas;
- 14.16.4. Anexo IV: minuta de ata de registro de preços;
- 14.16.5. Anexo V: minuta de contrato;
- 14.16.6. Anexo VI: modelo de certidão de vistoria prévia;
- 14.16.7. Anexo VII: modelo de declaração de não vistoria.
- 14.16.8. Anexo VIII: modelo de proposta
- 14.16.9. Anexo IX: Declaração de Inexistência de Nepotismo;
- 14.16.10. Anexo X: Modelo de Termo de Compromisso de Contratação de Profissional.

Macapá-AP, 23 de abril de 2026

Marcio Pantoja Pacheco
Secretário de Gestão de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO PANTOJA PACHECO, Secretário(a)**, em 23/04/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0297144** e o código CRC **2641AE12**.

ANEXOS DA MINUTA DE EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 0019658-91.2025.8.03.0901

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste termo é a contratação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid), nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo único					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor subtotal
1	Geradores fotovoltaicos solo/estacionamento	Potência estimada (kWp)	406,00	R\$ 6.742,24	R\$ 2.737.349,44
2	Geradores fotovoltaicos cob	Potência estimada (kWp)	881,00	R\$ 5.044,31	R\$ 4.444.037,11

	ertu ra				
Valor total					R\$ 7.181. .386, 55

- 1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum.
- 1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 7.181.386,55 (sete milhões, cento e oitenta e um mil trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 1.3.1. O valor constante neste Termo de Referência prevalece sobre o que consta no estudo técnico preliminar.
- 1.4. Esta contratação utiliza-se do sistema de registro de preços, conforme os motivos registrados na seção 7 do estudo técnico preliminar.
- 1.5. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 1.5.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.5.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 1.5.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 27 (vinte e sete) meses contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.8. Prevalecerá o disposto no Termo de Referência, em caso de divergência com o Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada no estudo técnico preliminar, apêndice deste termo de referência.
- 2.2. Esta contratação será processada mediante licitação pela modalidade pregão nos moldes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.
- 2.3. Esta contratação observa Resolução CNJ nº 400/2021 (Política de Sustentabilidade) e Resolução CNJ nº 594/2024 (Programa Justiça Carbono Zero).
- 2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, com o DFD nº 3/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no estudo técnico preliminar.
- 3.2. A solução proposta visa atender às determinações da Resolução CNJ nº 400/2021, que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e da Resolução CNJ nº 594/2024, que criou o Programa Justiça Carbono Zero com meta de neutralidade de carbono até 2030. Nesse contexto, o

TJAP implementará um sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid), como medida estratégica para reduzir o consumo de energia proveniente de fontes fósseis, diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e reduzir despesas recorrentes com energia elétrica.

3.3. O sistema fotovoltaico será dimensionado a partir do histórico de consumo das unidades, do perfil de demanda elétrica e da disponibilidade de áreas para instalação dos módulos solares, com o objetivo de garantir:

- 3.3.1. Redução da despesa mensal com energia elétrica;
- 3.3.2. Mitigação das emissões de GEE, em alinhamento ao Programa Justiça Carbono Zero do CNJ;
- 3.3.3. Confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, assegurando a continuidade da prestação jurisdicional.

Unidades selecionadas e potência estimada

Local	Forma de instalação prevista	Tipo de fornecimento	Potência estimada (kWp)
Fórum de Santana	Estacionamento	MT	154,39
Fórum de Laranjal do Jari	Cobertura	MT	114,08
Posto Avançado de Pracuúba	Solo	MT-B Optante	15,21
Fórum de Serra do Navio	Solo	MT-B Optante	30,42
Fórum de Oiapoque	Cobertura	MT-B Optante	126,24
Fórum de Porto Grande	Solo	MT-B Optante	53,88
Posto Avançado de Itaubal	Solo	MT-B Optante	15,21
Fórum de Vitória do Jari	Estacionamento	MT-B Optante	60,84
Fórum de Pedra Branca	Solo	MT-B Optante	45,63
Galpão Zona Norte (Macapá)	Cobertura	BT	97,34
Juizado Sul (Macapá)	Estacionamento	MT-B Optante	30,42
Fórum de Macapá	Cobertura	MT	254,35
Anexo do Fórum de Macapá	Cobertura	MT	261,61
Anexo TJAP (Des. Eduardo Contreras)	Cobertura	MT	27,38
Potência estimada total			1.287

3.4. Observações importantes:

3.5. Unidades em MT: a potência foi limitada à demanda contratada e ao consumo médio, garantindo viabilidade técnica e financeira.

3.6. Unidades em MT-B Optante: a potência foi dimensionada para atender apenas ao consumo da própria unidade, conforme vedação da ANEEL para transferência de créditos.

3.7. Unidades em BT comum: admite-se sobredimensionamento, permitindo o aproveitamento dos créditos em outras unidades do TJAP.

3.8. O total estimado de potência instalada é de 1286,02 kWp, distribuído em 14 unidades do Tribunal, em todo o território do Estado do Amapá.

3.9. Ressalta-se que as quantidades, potências e valores indicados são preliminares e servirão de referência para planejamento e aprovação do plano de trabalho. O Projeto Executivo, a ser elaborado pela contratada, definirá o dimensionamento definitivo, os projetos detalhados e os quantitativos de cada unidade do TJAP. A elaboração do Projeto Executivo poderá ocasionar ajustes necessários em layouts, dimensionamento ou especificações, garantindo compatibilidade técnica e regulatória.

3.10. Agrupamento dos locais conforme a forma de instalação para formação dos itens da licitação:

3.10.1. Item 1 formado pelos seguintes locais:

Local	Forma de instalação prevista	Tipo de fornecimento	Potência estimada (kWp)
Fórum de Santana	Estacionamento	MT	154,39
Posto Avançado de Pracuúba	Solo	MT-B Optante	15,21
Fórum de Serra do Navio	Solo	MT-B Optante	30,42
Fórum de Porto Grande	Solo	MT-B Optante	53,88
Posto Avançado de Itaubal	Solo	MT-B Optante	15,21
Fórum de Vitória do Jari	Estacionamento	MT-B Optante	60,84
Fórum de Pedra Branca	Solo	MT-B Optante	45,63
Juizado Sul (Macapá)	Estacionamento	MT-B Optante	30,42
Potência estimada total			406

3.11. Item 2 formado pelos seguintes locais:

Local	Forma de instalação prevista	Tipo de fornecimento	Potência estimada (kWp)
Fórum de Laranjal do Jari	Cobertura	MT	114,08
Fórum de Oiapoque	Cobertura	MT-B Optante	126,24
Galpão Zona Norte (Macapá)	Cobertura	BT	97,34
Fórum de Macapá	Cobertura	MT	254,35
Anexo do Fórum de Macapá	Cobertura	MT	261,61
Anexo TJAP (Des. Eduardo Contreras)	Cobertura	MT	27,38
Potência estimada total			881

3.12. Escopo coberto pelo valor estimado:

- 3.12.1. Elaboração do projeto executivo, incluindo sua aprovação junto à concessionária Equatorial Energia;
- 3.12.2. Adequação do padrão de entrada da unidade consumidora, conforme as exigências da concessionária;
- 3.12.3. Fornecimento e entrega de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do sistema (módulos fotovoltaicos, inversores, estruturas de fixação, cabeamentos, dispositivos de proteção, entre outros);
- 3.12.4. Execução da instalação completa, comissionamento, realização de testes e interligação do sistema à rede elétrica;
- 3.13. Garantia de que o sistema esteja plenamente operacional, incluindo a execução de eventuais adaptações na rede elétrica interna, de acordo com as determinações da concessionária, sem acréscimos de custo;
- 3.14. Fornecimento das garantias mínimas obrigatórias, bem como manutenção preventiva e corretiva inicial, conforme os requisitos estabelecidos neste ETP;
- 3.15. Capacitação da equipe indicada pelo TJAP para operação do sistema, com a entrega da documentação técnica completa, incluindo manuais e projeto “as built”.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Eficiência energética e sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. A solução deve contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), em alinhamento às metas do Programa Justiça Carbono Zero e do inventário anual do TJAP.
 - 4.1.2. A contratada deverá comprovar que os equipamentos possuem eficiência energética reconhecida, atendendo aos padrões nacionais e internacionais de certificação (INMETRO ou equivalente).
 - 4.1.3. A contratada deverá apresentar documentação que comprove a origem sustentável dos equipamentos e a compatibilidade ambiental da instalação com a legislação vigente.
 - 4.1.4. Deve-se fornecer planilha de eficiência energética e estimativa de redução de GEE, com base no Inventário de Emissões do TJAP, para fins de registro e monitoramento de resultados.
 - 4.1.5. As soluções adotadas deverão permitir monitoramento remoto da geração de energia e consumo, possibilitando acompanhamento contínuo da economia de energia e da redução de emissões.
- 4.2. O objeto da contratação deve contribuir para o cumprimento das metas do Programa Justiça Carbono Zero, permitindo que o TJAP registre o impacto ambiental positivo e o alinhamento à Política de Sustentabilidade do CNJ.
- 4.3. Os resultados de eficiência, economia e redução de emissões deverão ser documentados para inclusão no inventário anual de GEE do Tribunal.
- 4.4. O sistema será projetado de forma modular e escalável, permitindo futuras expansões conforme novas demandas de energia.
- 4.5. Garantia de utilização de equipamentos certificados pelo INMETRO ou organismos equivalentes, assegurando eficiência energética e confiabilidade.
- 4.6. Como medidas mitigadoras de impactos ambientais decorrentes desta contratação, a contratada deverá:
 - 4.6.1. Solicitar e cumprir rigorosamente as condicionantes da licença ambiental, priorizando a poda em detrimento do corte, quando tecnicamente viável, e promover compensações ambientais estabelecidas pelo órgão licenciador;

4.6.2. Garantir o manejo adequado dos resíduos conforme sua classificação, com destinação final em locais licenciados e apropriados, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e legislações correlatas, priorizando a segregação, reutilização e reciclagem sempre que possível;

4.6.3. Adotar boas práticas de armazenagem, transporte e uso de materiais, evitando vazamentos e promovendo destinação correta de embalagens e resíduos perigosos, conforme legislação ambiental;

4.6.4. Realizar as atividades em horários adequados, com comunicação prévia às unidades do TJAP, e utilizar equipamentos em conformidade com as normas de segurança do trabalho e de controle de ruído.

Conformidade técnica

4.7. Módulos e inversores devem possuir registro/certificação INMETRO vigente, conforme Portaria INMETRO 140/2022 (e atos correlatos do PBE-FV), além das normas IEC aplicáveis.

4.8. Todos os equipamentos e materiais devem ser entregues com manual de operação, manutenção e garantia mínima, conforme as normas técnicas aplicáveis.

4.9. A obra de implantação deverá ser executada por profissionais registrados no CREA, com ARTs correspondentes às atividades de engenharia.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.11.1. Será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12.6. A apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 às 13 horas.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16.1. Feita a vistoria, o licitante receberá da Administração a certidão de vistoria prévia, conforme modelo definido em edital.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições gerais

5.1. Os serviços em foco nestes estudos têm o condão de combinar-se ao fornecimento de equipamentos de modo que, em conjunto, signifique o pleno atendimento às demandas de geração de energia fotovoltaica, garantindo uma economia financeira e sustentabilidade ambiental.

5.2. Os objetos da contratação, doravante denominados Geradores Fotovoltaicas, deverão ser entregues sob a ótica “chave na mão”, caracterizada como em pleno funcionamento, gerando energia nos níveis esperados e injetando esta energia gerada no sistema elétrico.

5.3. A contratada deverá, em seguida, elaborar o projeto executivo, apresentando-o à fiscalização para análise e aprovação. O projeto executivo poderá, devido às condições técnicas específicas do local de instalação, inclusive as relacionadas à manutenção do sistema, apresentar uma potência instalada menor do que a inicialmente prevista, desde que devidamente justificada e aprovada. O prazo para elaboração e entrega do projeto executivo não pode ser superior a 60 dias.

5.4. Após a aprovação do projeto pela fiscalização do contrato, a Contratada será responsável por submeter o projeto executivo à aprovação da Concessionária de Energia Elétrica, acompanhando todas as etapas do processo até a obtenção da aprovação final.

5.5. O início da instalação do sistema fotovoltaico somente será autorizado após a aprovação formal da solicitação de acesso pela Concessionária de Energia Elétrica.

5.6. Antes do início da instalação, a Contratada deverá emitir as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto executivo e da instalação, de acordo com as normas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

5.7. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, as condições de segurança do trabalho e as disposições previstas neste ETP.

5.8. A instalação do sistema deverá ser concluída com a realização de testes de comissionamento, sendo obrigatória a emissão de relatório técnico contendo os resultados e garantindo a conformidade com os parâmetros estabelecidos no projeto aprovado. O sistema instalado deverá ser entregue em pleno funcionamento, acompanhado de treinamento operacional destinado aos responsáveis pela gestão e manutenção das unidades do TJAP, com a emissão de certificado. O prazo entre o início do serviço e a entrega do sistema não pode ser superior a 180 dias.

5.9. O treinamento deverá contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- 5.9.1. Funcionamento do Sistema Fotovoltaico;
- 5.9.2. Princípios de geração de energia solar;
- 5.9.3. Explicação sobre os componentes do sistema (painéis solares, ...) inversores, estrutura de suporte, entre outros). Fluxo de operação e integração com a rede elétrica;
- 5.9.4. Monitoramento e Operação: Utilização do software ou sistema de monitoramento de geração de energia. Leitura de indicadores de desempenho. Identificação de possíveis falhas ou inconsistências no sistema;
- 5.9.5. Manutenção Preventiva e Corretiva: Orientações sobre limpeza e conservação dos equipamentos. Reconhecimento de situações que demandem manutenção técnica especializada. Ações preventivas para prolongar a vida útil do sistema;
- 5.9.6. Aspectos de Segurança: Cuidados ao manusear equipamentos. Procedimentos em caso de emergências, como incêndios ou falhas elétricas.
- 5.10. Qualquer alteração ou adequação necessária durante a execução dos serviços deverá ser previamente submetida à fiscalização para análise e aprovação.
- 5.11. A contratada deverá realizar os seguintes serviços:
 - 5.11.1. Levantamento de dados do local indicado para instalação, com análise de projetos e vistoria técnica;
 - 5.11.2. Elaboração de projeto executivo contendo placas solares, inversores, infraestrutura de suporte, cabeamento e distribuição da rede de corrente contínua e alternada, quadros de proteção, interligação com a concessionária, medidores digitais com saída ethernet, sistema de monitoramento remoto, laudos de avaliação estrutural ou declaração de conformidade da estrutura quando cabível, além de todos os materiais necessários ao pleno funcionamento do sistema, com validação pela área técnica do TJAP;
 - 5.11.3. Aprovação do projeto junto à concessionária local de energia;
 - 5.11.4. Aquisição e entrega dos materiais no local de instalação;
 - 5.11.5. Adaptação do padrão de entrada conforme exigências da concessionária de energia;
 - 5.11.6. Montagem e comissionamento do sistema, com a realização de todos os testes necessários à interligação com a rede da concessionária;
 - 5.11.7. Recomposição das áreas afetadas pela execução dos serviços;
 - 5.11.8. Solicitação de vistoria junto à concessionária e início da operação do sistema;
 - 5.11.9. Treinamento técnico de operação;
 - 5.11.10. Prestação de garantia dos serviços e equipamentos, conforme requisitos deste documento;
 - 5.11.11. Cessão dos direitos autorais dos projetos em favor do TJAP.

Prazo de execução

- 5.12. O prazo de execução total do contrato não poderá exceder 24 (vinte e quatro) meses, incluindo elaboração de projeto, fornecimento, instalação, comissionamento e aprovação junto à concessionária para conexão do sistema.

Projeto executivo

- 5.13. Elaboração do projeto executivo do sistema fotovoltaico, contemplando o dimensionamento, layout da instalação, adequações elétricas e estruturais necessárias.
- 5.14. Aprovação obrigatória junto à Equatorial Energia, garantindo a regularidade e segurança na conexão com a rede de distribuição. O prazo para protocolar o projeto após a aprovação do TJAP não pode ser superior a 15 dias.

- 5.15. Projeto deve apresentar a estimativa de energia convertida pelo sistema pelo período de um ano e sua respectiva redução de emissão de gases de efeito estufa.
- 5.16. A contratada deverá elaborar o projeto executivo completo, contemplando:
- 5.16.1. Dimensionamento do sistema;
 - 5.16.2. Infraestrutura de suporte, cabeamento, quadro de proteção e interligação com a rede elétrica;
 - 5.16.3. Adaptações no padrão de entrada que a concessionária de energia determinar para a ligação de sistemas conectados à rede;
 - 5.16.4. Medidores digitais e sistema de monitoramento remoto;
 - 5.16.5. Laudos de avaliação estrutural ou declaração de conformidade da edificação, quando o sistema for instalado no telhado.
- 5.17. O projeto executivo deverá ser aprovado junto à concessionária Equatorial Energia, garantindo a conexão segura e regulamentada do sistema à rede elétrica existente e permitindo a redução da fatura de energia.
- 5.18. Deverá existir uma ART pela elaboração do projeto executivo.

Geração fotovoltaica

- 5.19. Instalação de módulos solares fotovoltaicos em coberturas ou áreas livres adequadas. Preferencialmente, esses módulos precisam ser do tipo monocristalino, para permitir a maior capacidade de geração no menor espaço possível.
- 5.20. Utilização de inversores interativos com as proteções adequadas para conversão da energia e sincronização com a rede elétrica da concessionária.
- 5.21. Interligação ao sistema elétrico existente, permitindo a compensação de energia conforme regulamentação vigente.
- 5.22. Realizar as adaptações no padrão de entrada que a concessionária de energia exigir na etapa de aprovação do projeto executivo.
- 5.23. Módulo Fotovoltaico: Utilizamos como base, o módulo RS81585M-F30, por sua boa eficiência e adequação ao espaço disponível.
- 5.24. O módulo RS81585M-F30 está indicado como referência preliminar. A escolha final dependerá da disponibilidade de mercado e da compatibilidade com o Projeto Executivo.
- 5.25. Proteções Requeridas no Sistema:
- 5.26. Parte CC (Corrente Contínua): o sistema deve incluir fusível de proteção contra sobrecorrente, chave de seccionamento sob carga em corrente contínua, proteção contra surtos (DPS) e demais dispositivos previstos para garantir segurança e manutenibilidade.
- 5.27. Parte CA (Corrente Alternada): deverão ser instalados disjuntores termomagnéticos adequados para proteção contra sobrecorrente, além de possíveis DPS no lado alternado, conforme boas práticas da engenharia elétrica.

(Essas exigências estão em conformidade com a norma técnica ABNT NBR 16690:2019 – Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos – Requisitos de projeto, que estabelece critérios sobre dispositivos de proteção, dimensionamento de cabos, seccionalização e segurança elétrica em sistemas fotovoltaicos.)

(A escolha de módulos, inversores e demais equipamentos é indicativa, e poderá ser ajustada com base na disponibilidade de mercado e nas especificações técnicas do Projeto executivo.)

Monitoramento e gestão energética

- 5.28. Implantação de sistema de monitoramento remoto, possibilitando o acompanhamento em tempo real da geração de energia, consumo e indicadores de desempenho.

5.29. Integração com o inventário de emissões de GEE do TJAP, para registro da redução das emissões proporcionada pelo sistema.

Especificação da garantia do serviço

5.30. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.30.1. A contratada deverá garantir, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo, a integridade e a qualidade dos serviços executados, assegurando o pleno funcionamento e a eficiência do sistema durante todo esse período.

5.30.2. Garantias de 5 anos em inversores e 10 a 12 anos para módulos quanto a defeitos de fabricação.

5.30.3. A contratada será responsável pela solidez, segurança e desempenho do sistema, incluindo riscos técnicos e operacionais relacionados à geração de energia limpa.

5.30.4. Quaisquer falhas ou não conformidades deverão ser reparadas pela contratada sem ônus adicional, dentro do período de garantia contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a homologação da licitação, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a

regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. Realizar vistorias periódicas in loco para verificar a conformidade da instalação e a qualidade dos materiais utilizados;

6.17.2. Validar os relatórios de comissionamento, testes e entrega das etapas executadas;

6.17.3. Acompanhar a fase de operação assistida e o cumprimento das garantias contratuais.

Gestor do contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. Ao receber da fiscalização os documentos relativos ao faturamento, o gestor do contrato concluirá a fase de liquidação da despesa, após conferência de todos os aspectos legais e contábeis, encaminhando os autos para pagamento.

6.25. O gestor do contrato receberá e dará encaminhamento imediato:

6.25.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.25.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.26. Compete ao gestor do contrato, em especial:

6.26.1. Acompanhar a execução contratual, assegurando que os serviços e fornecimentos sejam realizados de acordo com o projeto executivo aprovado e com as condições pactuadas;

6.26.2. Controlar prazos, medições, cronogramas e pagamentos, verificando a conformidade entre o executado e o contratado;

6.26.3. Promover a interlocução entre a contratada, a concessionária de energia (Equatorial Energia) e as áreas técnicas do TJAP, a fim de dirimir eventuais dúvidas ou entraves na execução;

6.26.4. Relatar eventuais falhas, descumprimentos ou necessidades de ajustes, encaminhando-os à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.26.5. Garantir que sejam observadas as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e boas práticas de engenharia durante toda a execução;

6.26.6. Manter registro documental de todas as ocorrências relacionadas ao contrato, para fins de controle, auditoria e prestação de contas.

6.27. O processo de fiscalização será documentado em relatórios periódicos, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência da execução contratual, em atendimento aos princípios da administração pública.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto neste item, quando não houver Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.1. O recebimento provisório será realizado após a entrega e instalação integral do sistema fotovoltaico, mediante termo circunstanciado emitido pelo fiscal técnico do contrato, atestando a conformidade com o projeto executivo aprovado, a realização dos testes de desempenho, o comissionamento inicial e a autorização da concessionária de energia para conectar o sistema.

- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último, em consonância com o item 7.2.1;
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da nota fiscal, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. O recebimento definitivo deverá ocorrer após o prazo de operação assistida e cumprimento das eventuais pendências identificadas no recebimento provisório, mediante emissão de termo de recebimento definitivo, condicionado à entrega de toda a documentação técnica, manuais de operação, garantias contratuais e projeto “as built”. Ocorre após energização pela Equatorial (comprovada por documento de vistoria/parecer), relatório de comissionamento aprovado e monitoramento remoto operante por 30 dias.
- 7.11. A aceitação do objeto está vinculada ao correto funcionamento do sistema, à conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos no ETP e ao atendimento das exigências da concessionária Equatorial Energia para a interligação do sistema à rede elétrica.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.17.1. o prazo de validade;
 - 7.17.2. a data da emissão;
 - 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.17.5. o valor a pagar; e
 - 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em

licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado em conformidade com o kWp instalado e em pleno funcionamento, inclusive com a conexão à rede elétrica da equatorial e condicionado ao atesto das medições pelo gestor e fiscal do contrato;

7.27.1. Não serão realizados pagamentos sem a devida comprovação da execução da etapa correspondente;

7.27.2. Havendo falhas, pendências ou não conformidades, o pagamento poderá ser suspenso até a completa regularização pela contratada, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por

grupo.

Regime de execução

8.2. O regime de execução será empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. A habilitação jurídica deve demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, cujo cumprimento ocorre mediante os seguintes documentos:

8.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.5.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.7. A habilitação fiscal, social e trabalhista deve ser demonstrada mediante as seguintes provas:

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. Prova de regularidade com a fazenda municipal ou distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

8.10. A qualificação econômico-financeira deve ser demonstrada mediante os seguintes documentos:

8.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.10.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei e devidamente registrado na junta comercial competente, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.10.2.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.10.2.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.11. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.12. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação técnica

8.13. A qualificação técnica será demonstrada mediante os seguintes documentos:

8.13.1. Certidão de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ou declaração formal de que não fez vistoria nos locais onde ocorrerá a prestação do serviço, assumindo inteiramente a

responsabilidade e consequências por essa omissão, mantendo as garantias exigidas, conforme as disposições e anexos do edital;

8.13.2. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Agronomia e Engenharia – CREA, de acordo com a região competente da empresa, em plena validade, com a operacionalidade ou objeto referentes aos serviços licitados.

8.13.2.1. Em se tratando de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado da Amapá, deverá a mesma apresentar o registro do Conselho do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do contrato.

8.13.2.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.13.3. Apresentação do profissional de engenharia elétrica, devidamente registrados no Conselho Regional de Agronomia e Engenharia – CREA, conforme o caso, detentor de certidão de acervo técnico-profissional – CAT, expedida pelo respectivo conselho profissional, por execução de obra ou serviços de características semelhantes aos de maior relevância indicados neste item:

8.13.3.1. São itens de maior relevância, para efeito de qualificação técnica profissional, os seguintes serviços:

a) Experiência em sistemas fotovoltaicos com potência mínima instalada de 100 kW;

8.13.3.2. A vinculação dos profissionais à empresa licitante poderá ser mediante carteira de trabalho, ficha de registro de empregado registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, contrato de prestação de serviços ou participação na sociedade da empresa.

8.13.3.3. Caso a empresa não possua ainda o profissional vinculado, poderá ser apresentado um Termo de Compromisso firmado entre a empresa e o profissional, em que a empresa licitante se compromete a contratar o profissional caso venha a ser a vencedora do certame, conforme anexo do edital.

8.13.3.4. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.13.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos itens de maior relevância, por meio da apresentação de certidões de acervo operacional, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

8.13.4.1. São itens de maior relevância, para efeito de qualificação técnica profissional, os seguintes serviços:

a) Comprovação da execução integral de serviços de fornecimento e instalação de sistemas fotovoltaicos com potência mínima instalada de 100 kW (cem quilowatts);

b) Indicação expressa da potência instalada, local e período de execução.

8.13.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.13.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.13.4.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10. DAS ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais retificações neste termo de referência que não alterem a substância da contratação prescindem de nova autorização da Secretaria Geral do TJAP, bastando apenas a aprovação da Secretaria de Gestão de Licitações e Contratos.

Macapá-AP, 26 de fevereiro de 2026

Elaborado por (assinado eletronicamente) Yan Fernando Maciel de França Coordenador de Planejamento de Contratações	Termo de referência aprovado por (assinado eletronicamente) Isaltino Monte Carneiro Júnior Secretário de Infraestrutura
Termo de referência aprovado por (assinado eletronicamente) Marcio Pantoja Pacheco Secretário de Gestão de Licitações e Contratos	

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei nº 14.133/2021

1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A utilização de energia proveniente de fontes renováveis e limpas para atender às demandas de iluminação, refrigeração, segurança, operação de equipamentos de informática e demais atividades essenciais é condição indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e sustentabilidade da prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP).

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 400/2021, estabeleceu a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, determinando que os órgãos devem adotar medidas para racionalizar o consumo de recursos naturais e priorizar o uso de fontes alternativas de energia.

Complementarmente, a Resolução nº 594/2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero, fixou como obrigação a elaboração anual do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a implementação de planos de descarbonização, com a meta de que todo o Judiciário alcance a neutralidade de carbono até 2030.

Diante desse contexto normativo e estratégico, a necessidade da contratação de solução energética baseada em fontes limpas se justifica por três fatores centrais:

- Ambiental – Contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, alinhando o TJAP às metas nacionais e institucionais de sustentabilidade.
- Econômico – Reduzir o valor despendido mensalmente com o pagamento da fatura de energia elétrica à concessionária local.
- Institucional – Demonstrar o compromisso do TJAP com a agenda de sustentabilidade do Poder Judiciário, assegurando maior resiliência energética para a prestação jurisdicional.

Assim, a contratação de fonte de energia limpa é medida necessária, estratégica e coerente com as diretrizes do CNJ, resultando em benefícios ambientais, econômicos e institucionais de longo prazo.

2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A contratação deverá atender às exigências legais da **Lei nº 14.133/2021**, bem como às diretrizes do **Conselho Nacional de Justiça**, em especial: **Resolução CNJ nº 400/2021** (Política de Sustentabilidade) e **Resolução CNJ nº 594/2024** (Programa Justiça Carbono Zero).

Dessa forma, os requisitos mínimos da contratação são:

1. Requisitos Gerais

A empresa deve possuir estrutura e experiência em atividades compatíveis com o tipo de intervenção requerida objeto deste estudo. A empresa deve ser especializada no ramo da geração com fontes limpas, com comprovada capacidade técnico-profissional. A empresa deve alocar nas atividades trabalhadores com vínculos formais e necessariamente segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social. A empresa deverá utilizar somente as formas juridicamente válidas para a vinculação dos trabalhadores e promover sua gestão de modo responsável, com atendimento pleno das normas e direitos trabalhistas e prevenção de riscos e acidentes de trabalho.

Nos casos de atividades, ou parte delas, controladas ou de exercício mediante autorização prévia, caberá à empresa a regularização e obtenção de respectiva(s) licença(s) ou registro(s).

A execução da solução objeto deste estudo deverá ser realizada, em regra, diretamente pela contratada, por intermédio de equipe técnica de profissionais com formações técnicas adequadas e

experiências anteriores na execução de serviços assemelhados, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas nos projetos técnicos (e documentos de especificações), como também todas demais condições e encargos de contratação que venham a ser fixadas no texto base do Projeto Executivo, conforme o caso, e as boas técnicas de execução de projetos, as normas técnicas da ABNT e demais normas executivas e regulamentadoras atinentes ao objeto.

Os locais de execução das atividades deverão ser devidamente protegidos por meio de equipamentos de proteção coletiva (EPC's) necessários e adequados para cada tipo de serviços, nos termos da legislação e das NR's vigentes, assim como equipamentos de proteção individuais (EPI's) para os profissionais que estiverem em atuação para o contrato.

2. Elaboração e Aprovação do Projeto Executivo

- A contratada deverá elaborar o **projeto executivo completo**, contemplando:
- Dimensionamento do sistema;
- Infraestrutura de suporte, cabeamento, quadro de proteção e interligação com a rede elétrica;
- Adaptações no padrão de entrada que a concessionária de energia determinar para a ligação de sistemas conectados à rede;
- Medidores digitais e sistema de monitoramento remoto;
- Laudos de avaliação estrutural ou declaração de conformidade da edificação, quando o sistema for instalado no telhado.
- O projeto executivo deverá ser **aprovado junto à concessionária Equatorial Energia**, garantindo a conexão segura e regulamentada do sistema à rede elétrica existente e permitindo a redução da fatura de energia.
- Deverá existir uma ART pela elaboração do projeto executivo.

3. Eficiência Energética e Sustentabilidade

- A solução deve contribuir para a **redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE)**, em alinhamento às metas do Programa Justiça Carbono Zero e do inventário anual do TJAP.
- A contratada deverá comprovar que os equipamentos possuem **eficiência energética reconhecida**, atendendo aos padrões nacionais e internacionais de certificação (INMETRO ou equivalente).

4. Conformidade Técnica

- Módulos e inversores devem possuir registro/certificação INMETRO vigente, conforme Portaria INMETRO 140/2022 (e atos correlatos do PBE-FV), além das normas IEC aplicáveis.
- Todos os equipamentos e materiais devem ser entregues com **manual de operação, manutenção e garantia mínima**, conforme as normas técnicas aplicáveis.
- A obra de implantação deverá ser executada por profissionais **registrados no CREA**, com ARTs correspondentes às atividades de engenharia.

5. Prazo e Qualidade da Execução

- O prazo de execução total do contrato não poderá exceder **24 (vinte e quatro) meses**, incluindo elaboração de projeto, fornecimento, instalação, comissionamento e aprovação junto à concessionária para conexão do sistema.
- A contratada deverá garantir, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo, a integridade e a qualidade dos serviços executados, assegurando o pleno funcionamento e a eficiência do sistema durante todo esse período.
- Garantias de **5 anos em inversores e 10 a 12 anos para módulos** quanto a defeitos de fabricação.

6. Documentação e Sustentabilidade

- A contratada deverá apresentar documentação que comprove a **origem sustentável dos equipamentos** e a **compatibilidade ambiental** da instalação com a legislação vigente.

- Deve-se fornecer **planilha de eficiência energética e estimativa de redução de GEE**, com base no Inventário de Emissões do TJAP, para fins de registro e monitoramento de resultados.
- As soluções adotadas deverão permitir **monitoramento remoto da geração de energia e consumo**, possibilitando acompanhamento contínuo da economia de energia e da redução de emissões.

7. Garantias Contratuais e Responsabilidades

- A contratada será responsável pela **solidez, segurança e desempenho do sistema**, incluindo riscos técnicos e operacionais relacionados à geração de energia limpa.
- Quaisquer falhas ou não conformidades deverão ser reparadas pela contratada **sem ônus adicional**, dentro do período de garantia contratual.

8. Integração às Diretrizes Institucionais

- O objeto da contratação deve contribuir para o **cumprimento das metas do Programa Justiça Carbono Zero**, permitindo que o TJAP registre o impacto ambiental positivo e o alinhamento à Política de Sustentabilidade do CNJ, **com o melhor aproveitamento de recursos possíveis**.
- Os resultados de eficiência, economia e redução de emissões deverão ser documentados para **inclusão no inventário anual de GEE** do Tribunal.

8. Viabilidade Técnica financeira

- A solução seja viável tecnicamente e financeiramente no estado do Amapá.

3 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 400/2021 e Resolução nº 594/2024 – Justiça Carbono Zero), bem como às metas do Planejamento Estratégico do TJAP, realizou-se levantamento preliminar das soluções tecnológicas disponíveis no mercado para geração de energia limpa e renovável.

As alternativas avaliadas foram:

a) Energia Solar Fotovoltaica

Descrição: Conversão da radiação solar em energia elétrica por meio de módulos fotovoltaicos conectados à rede elétrica (on-grid).

Vantagens:

- Fonte abundante no Estado do Amapá, com altos índices de irradiação solar.
- Baixa manutenção e vida útil dos módulos superior a 20 anos.
- Solução escalável conforme espaço disponível em telhados ou áreas livres.

Desvantagens:

- Investimento inicial relativamente elevado.
- Dependência de condições climáticas para máxima eficiência.
- Quando instalado nos telhados, pode gerar problemas de goteiras.

b) Energia Eólica

Descrição: Conversão da energia cinética dos ventos em energia elétrica por meio de aerogeradores.

Vantagens:

- Tecnologia madura no Brasil, com grande participação na matriz elétrica nacional.
- Elevada produção noturna, complementando a geração solar.

Desvantagens:

- Baixa aplicabilidade em áreas urbanas do Amapá, devido à ausência de ventos constantes e regulares.

- Necessidade de amostragem dos ventos por cinco anos, o que inviabiliza sua implantação imediata.
- Necessidade de grandes áreas livres, geralmente afastadas das cidades.
- Alto impacto visual e acústico.

c) Biomassa

Descrição: Utilização de resíduos orgânicos (madeira, bagaço, resíduos agrícolas) para geração de energia elétrica.

Vantagens:

- Redução de resíduos e aproveitamento energético de subprodutos.
- Potencial geração de créditos de carbono.

Desvantagens:

- Logística complexa de coleta, transporte e armazenamento de biomassa no Amapá.
- Menor aplicabilidade em edificações do Poder Judiciário, que não geram resíduos em escala suficiente.

d) Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)

Descrição: Aproveitamento de cursos d'água para geração hidrelétrica em menor escala.

Vantagens:

- Fonte limpa e de operação contínua.
- Custo de geração reduzido após amortização do investimento.

Desvantagens:

- Elevado custo de implantação e licenciamento ambiental.
- Impactos ambientais locais (fauna, flora e populações ribeirinhas).
- Longo prazo de maturação, incompatível com as metas do CNJ até 2030.

e) Consórcio para Compra de Energia Renovável

Descrição: Participação em consórcios ou cooperativas de geração de energia, que permitem ao TJAP adquirir energia de fontes renováveis (principalmente solar e eólica) em condições mais vantajosas do que a contratação individual.

Vantagens:

- Possibilidade de diluição de custos de implantação e operação entre diversos consumidores.
- Maior poder de negociação e obtenção de preços competitivos na compra de energia.
- Flexibilidade para atender unidades consumidoras sem área disponível para geração própria.

Desvantagens:

- Dependência de acordos regulatórios e contratuais com os demais membros do consórcio.
- Limitações impostas pela ANEEL quanto à compensação de créditos de energia em unidades do Grupo B optante.
- Necessidade de avaliação jurídica e regulatória para viabilizar a adesão.

Justificativa Técnica

Após análise comparativa, conclui-se que a energia solar fotovoltaica apresenta o melhor equilíbrio entre viabilidade técnica, econômica e ambiental para aplicação nas unidades do TJAP, uma vez que:

- O Estado do Amapá possui uma das maiores taxas de irradiação solar do país;
- O TJAP possui unidades com cobertura e áreas livres aptas para a instalação dos módulos;
- O sistema on-grid se integra de forma simples à rede elétrica já existente;

O retorno sobre o investimento (payback) é estimado entre 6 e 10 anos, com vida útil superior a 20 anos;

A solução atende integralmente às diretrizes do CNJ e às metas institucionais de neutralidade de carbono até 2030 com o melhor aproveitamento de recursos possíveis. **As outras soluções não atendem integralmente aos requisitos do item 02 por conta da inviabilidade técnico/financeira da aplicação.**

Fatores de risco identificados incluem possíveis atrasos na aprovação da concessionária, indisponibilidade de módulos no mercado e variações cambiais para equipamentos importados.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta visa atender às determinações da **Resolução CNJ nº 400/2021**, que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e da **Resolução CNJ nº 594/2024**, que criou o Programa Justiça Carbono Zero com meta de neutralidade de carbono até 2030. Nesse contexto, o TJAP implementará um **sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid)**, como medida estratégica para reduzir o consumo de energia proveniente de fontes fósseis, diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e reduzir despesas recorrentes com energia elétrica.

O sistema fotovoltaico será dimensionado a partir do histórico de consumo das unidades, do perfil de demanda elétrica e da disponibilidade de áreas para instalação dos módulos solares, com o objetivo de garantir:

- **Redução da despesa mensal com energia elétrica;**
- **Mitigação das emissões de GEE**, em alinhamento ao Programa Justiça Carbono Zero do CNJ;
- **Confiabilidade no fornecimento de energia elétrica**, assegurando a continuidade da prestação jurisdicional.

Componentes e Etapas da Solução a serem contratadas:

1. Objetivos Gerais

Os serviços em foco nestes estudos têm o condão de combinar-se ao fornecimento de equipamentos de modo que, em conjunto, signifique o pleno atendimento às demandas de geração de energia fotovoltaica, garantindo uma economia financeira e sustentabilidade ambiental.

Os objetos da contratação, doravante denominados Geradores Fotovoltaicas, deverão ser entregues sob a ótica “chave na mão”, caracterizada como em pleno funcionamento, gerando energia nos níveis esperados e injetando esta energia gerada no sistema elétrico.

O início dos serviços será autorizado após a notificação da emissão da Nota de Empenho à Contratada, juntamente com a emissão da Ordem de Serviço. Nesta etapa, serão informados o local onde o sistema será instalado e a potência estimada para a contratação.

A contratada deverá, em seguida, elaborar o projeto executivo, apresentando-o à fiscalização para análise e aprovação. O projeto executivo poderá, devido às condições técnicas específicas do local de instalação, inclusive as relacionadas à manutenção do sistema, apresentar uma potência instalada menor do que a inicialmente prevista, desde que devidamente justificada e aprovada. O prazo para elaboração e entrega do projeto executivo não pode ser superior a 60 dias.

Após a aprovação do projeto pela fiscalização do contrato, a Contratada será responsável por submeter o projeto executivo à aprovação da Concessionária de Energia Elétrica, acompanhando todas as etapas do processo até a obtenção da aprovação final.

O início da instalação do sistema fotovoltaico somente será autorizado após a aprovação formal da solicitação de acesso pela Concessionária de Energia Elétrica.

Antes do início da instalação, a Contratada deverá emitir as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto executivo e da instalação, de acordo com as normas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, as condições de segurança do trabalho e as disposições previstas neste ETP.

A instalação do sistema deverá ser concluída com a realização de testes de comissionamento, sendo obrigatória a emissão de relatório técnico contendo os resultados e garantindo a conformidade com os parâmetros estabelecidos no projeto aprovado. O sistema instalado deverá ser entregue em pleno funcionamento, acompanhado de treinamento operacional destinado aos responsáveis pela gestão e manutenção das unidades do TJAP, com a emissão de certificado. O prazo entre o início do serviço e a entrega do sistema não pode ser superior a 180 dias.

O treinamento deverá contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Funcionamento do Sistema Fotovoltaico:
- Princípios de geração de energia solar;
- Explicação sobre os componentes do sistema (painéis solares, ...) inversores, estrutura de suporte, entre outros). Fluxo de operação e integração com a rede elétrica,
- Monitoramento e Operação: Utilização do software ou sistema de monitoramento de geração de energia. Leitura de indicadores de desempenho. Identificação de possíveis falhas ou inconsistências no sistema.
- Manutenção Preventiva e Corretiva: Orientações sobre limpeza e conservação dos equipamentos. Reconhecimento de situações que demandem manutenção técnica especializada. Ações preventivas para prolongar a vida útil do sistema.
- Aspectos de Segurança: Cuidados ao manusear equipamentos. Procedimentos em caso de emergências, como incêndios ou falhas elétricas.

Qualquer alteração ou adequação necessária durante a execução dos serviços deverá ser previamente submetida à fiscalização para análise e aprovação.

2. Projeto Executivo e Aprovação na Concessionária

- Elaboração do projeto executivo do sistema fotovoltaico, contemplando o dimensionamento, layout da instalação, adequações elétricas e estruturais necessárias.
- Aprovação obrigatória junto à **Equatorial Energia**, garantindo a regularidade e segurança na conexão com a rede de distribuição. O prazo para protocolar o projeto após a aprovação do TJAP não pode ser superior a 15 dias.
- Projeto deve apresentar a estimativa de energia convertida pelo sistema pelo período de um ano e sua respectiva redução de emissão de gases de efeito estufa.

3. Geração Fotovoltaica

- Instalação de **módulos solares fotovoltaicos** em coberturas ou áreas livres adequadas. Preferencialmente, esses módulos precisam ser do tipo monocristalino, para permitir a maior capacidade de geração no menor espaço possível.
- Utilização de **inversores interativos** com as proteções adequadas para conversão da energia e sincronização com a rede elétrica da concessionária.
- Interligação ao sistema elétrico existente, permitindo a compensação de energia conforme regulamentação vigente.
- Realizar as adaptações no padrão de entrada que a concessionária de energia exigir na etapa de aprovação do projeto executivo.
- Módulo Fotovoltaico: Utilizamos como base, o módulo RS8I585M-F30, por sua boa eficiência e adequação ao espaço disponível.
- O módulo RS8I585M-F30 está indicado como referência preliminar. A escolha final dependerá da disponibilidade de mercado e da compatibilidade com o Projeto Executivo;
- Proteções Requeridas no Sistema:
- **Parte CC (Corrente Contínua):** o sistema deve incluir **fusível de proteção contra sobrecorrente, chave de seccionamento sob carga em corrente contínua, proteção contra**

surtos (DPS) e demais dispositivos previstos para garantir segurança e manutenibilidade.

- **Parte CA (Corrente Alternada):** deverão ser instalados **disjuntores termomagnéticos** adequados para proteção contra sobrecorrente, além de possíveis DPS no lado alternado, conforme boas práticas da engenharia elétrica.

Essas exigências estão em conformidade com a norma técnica **ABNT NBR 16690:2019 – Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos – Requisitos de projeto**, que estabelece critérios sobre dispositivos de proteção, dimensionamento de cabos, seccionalização e segurança elétrica em sistemas fotovoltaicos.

A escolha de módulos, inversores e demais equipamentos é **indicativa**, e poderá ser ajustada com base na disponibilidade de mercado e nas especificações técnicas do Projeto executivo.

4. Monitoramento e Gestão Energética

- Implantação de sistema de monitoramento remoto, possibilitando o acompanhamento em tempo real da geração de energia, consumo e indicadores de desempenho.
- Integração com o inventário de emissões de GEE do TJAP, para registro da redução das emissões proporcionada pelo sistema.

5. Sustentabilidade e Eficiência

- O sistema será projetado de forma modular e escalável, permitindo futuras expansões conforme novas demandas de energia.
- Garantia de utilização de equipamentos certificados pelo **INMETRO** ou organismos equivalentes, assegurando eficiência energética e confiabilidade.

6. Manutenção e Capacitação

- Garantias de **5 anos em inversores e 10 a 12 anos para módulos** quanto a defeitos de fabricação.
- A contratada deverá garantir, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo, a integridade e a qualidade dos serviços executados, assegurando o pleno funcionamento e a eficiência do sistema durante todo esse período.
- Treinamento e capacitação dos servidores do TJAP para operação básica e acompanhamento do sistema.

Observação Técnica:

A escolha da tecnologia **solar fotovoltaica** é a mais adequada considerando a elevada disponibilidade de radiação solar no Estado do Amapá, a maturidade tecnológica, a escalabilidade da solução e a competitividade de custos em comparação a outras fontes renováveis.

Embora o escopo tenha sido detalhado, ajustes poderão ocorrer durante a elaboração do Projeto Executivo, especialmente em relação a layouts, capacidade instalada e integração com a infraestrutura existente.

7. SRP

Considerando que os recursos destinados à execução do objeto são provenientes de convênio federal e que, em razão da indisponibilidade integral imediata dos recursos e da limitação de pessoal técnico para fiscalização concomitante de todos os serviços, optou-se pela utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que disciplina a Ata de Registro de Preços como instrumento formal de registro de condições e preços para futuras contratações, permitindo contratações sucessivas ou escalonadas quando conveniente à Administração Pública. Tal opção justifica-se pela flexibilidade operacional, pela melhor adequação ao planejamento e à execução dos serviços públicos e pela economicidade na utilização dos recursos públicos, inclusive diante das restrições conjunturais de execução simultânea.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para estimar a quantidade de potência dos sistemas fotovoltaicos necessários, utilizamos como base o módulo **RS8I585M-F30**, de potência unitária de 585 Wp. Esse módulo foi escolhido como referência por apresentar boa eficiência, disponibilidade no mercado nacional e compatibilidade com diferentes formas de instalação (cobertura, solo e estacionamento).

Com esse parâmetro, foi possível realizar simulações de ocupação estimada das áreas disponíveis em cada unidade do TJAP, considerando as limitações técnicas e regulatórias. Foram avaliados o histórico de consumo, a demanda contratada e a viabilidade física de instalação. A partir dessas análises, chegou-se à seguinte estimativa preliminar de capacidade instalada por unidade e o quantitativo para registro de preços por unidade:

Unidades Seleccionadas e Potência Estimada

Local	Potência Estimada (kWp)	Forma de Instalação Prevista	Tipo de Fornecimento	Potência Estimada para registro de SRP (kWp)
Fórum de Santana	118,76	Estacionamento	MT	154,39
Fórum de Laranjal do Jari	87,75	Cobertura	MT	114,08
Posto Avançado de Pracuuba	11,7	Solo	MT-B Optante	15,21
Fórum de Serra do Navio	23,4	Solo	MT-B Optante	30,42
Fórum de Oiapoque	97,11	Cobertura	MT-B Optante	126,24
Fórum de Porto Grande	40,95	Solo	MT-B Optante	53,24
Posto Avançado de Itaubal	11,7	Solo	MT-B Optante	15,21
Fórum Vitória do Jari	46,8	Estacionamento	MT-B Optante	60,84
Fórum de Pedra Branca	35,1	Solo	MT-B Optante	45,63
Galpão Zona Norte	74,88	Cobertura	BT	97,34
Juizado Sul	23,4	Estacionamento	MT-B Optante	30,42

Fórum de Macapá – FAB	195,39	Cobertura	MT	254,01
Fórum Anexo de Macapá	201,24	Cobertura	MT	261,61
Anexo Des. Eduardo Contreras	21,06	Cobertura	MT	27,38
TOTAL	989,24	–	–	1286,01

Observações Importantes

- **Unidades em MT:** a potência foi limitada à demanda contratada e ao consumo médio, garantindo viabilidade técnica e financeira.
- **Unidades em MT-B Optante:** a potência foi dimensionada para atender apenas ao consumo da própria unidade, conforme vedação da ANEEL para transferência de créditos.
- **Unidades em BT comum:** admite-se sobredimensionamento, permitindo o aproveitamento dos créditos em outras unidades do TJAP.

· O total estimado de potência instalada é de **989,24 kWp**, distribuído em 14 unidades do Tribunal.

· O total estimado de potência para registro de preços é de **1.286,01 kWp**, distribuído em 14 unidades do Tribunal.

· Ressalta-se que as quantidades, potências e valores indicados são **preliminares** e servirão de referência para planejamento e aprovação do plano de trabalho. O Projeto Executivo, a ser elaborado pela contratada, definirá o dimensionamento definitivo, os projetos detalhados e os quantitativos de cada unidade do TJAP. A elaboração do Projeto Executivo poderá ocasionar ajustes necessários em layouts, dimensionamento ou especificações, garantindo compatibilidade técnica e regulatória.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa financeira foi elaborada a partir do **levantamento das potências por unidade (Item 5)** e dos **valores médios R\$/kWp** obtidos no **Banco de Preços (ANEXO 01)**, segregando por forma de instalação:

- **Solo/Estacionamento:** média **R\$ 6.742,24/kWp** (calculada a partir dos itens: 972 kWp – Paraúna; 164,16 kWp e 113,40 kWp – Consórcio MG).
- **Telhado (Cobertura):** média **R\$ 5.044,31/kWp** (itens: 32,48 kWp – São Mateus; 113,40 kWp e 21,60 kWp – Consórcio MG).

a) Quantidades por forma de instalação (do Item 5)

- **Cobertura (telhado): 677,43 kWp**
- **Estacionamento: 188,96 kWp**
- **Solo: 122,85 kWp**
- **Total: 989,24 kWp**
- **Total para registro : 1.286,01 kWp**

b) Cálculo da estimativa

Local	Potência Estimada (kWp)	Forma de Instalação Prevista	Potência Estimada para registro de SRP (kWp)	Valor Estimado para o SRP (R\$)
Fórum de Santana	118,76	Estacionamento	154,39	1.040.920,95
Fórum de Laranjal do Jari	87,75	Cobertura	114,08	575.429,66
Posto Avançado de Pracuuba	11,7	Solo	15,21	102.549,47
Fórum de Serra do Navio	23,4	Solo	30,42	205.098,94
Fórum de Oiapoque	97,11	Cobertura	126,24	636.808,83
Fórum de Porto Grande	40,95	Solo	53,24	358.923,15
Posto Avançado de Itaubal	11,7	Solo	15,21	102.549,47
Fórum Vitória do Jari	46,8	Estacionamento	60,84	410.197,88
Fórum de Pedra Branca	35,1	Solo	45,63	307.648,41
Galpão Zona Norte	74,88	Cobertura	97,34	491.033,31
Juizado Sul	23,4	Estacionamento	30,42	205.098,94
Fórum de Macapá – FAB	195,39	Cobertura	254,01	1.281.290,05
Fórum Anexo de Macapá	201,24	Cobertura	261,61	1.319.652,03
Anexo Des. Eduardo Contreras	21,06	Cobertura	27,38	138.103,12
TOTAL	989,24	—	1286,01	7.175.304,21

R\$/kWp	7.175.304,21
----------------	---------------------

c) Escopo coberto pelo valor estimado

- Elaboração do projeto executivo, incluindo sua aprovação junto à concessionária Equatorial Energia;
- Adequação do padrão de entrada da unidade consumidora, conforme as exigências da concessionária;
- Fornecimento e entrega de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do sistema (módulos fotovoltaicos, inversores, estruturas de fixação, cabeamentos, dispositivos de proteção, entre outros);
- Execução da instalação completa, comissionamento, realização de testes e interligação do sistema à rede elétrica;
- Garantia de que o sistema esteja plenamente operacional, incluindo a execução de eventuais adaptações na rede elétrica interna, de acordo com as determinações da concessionária, sem acréscimos de custo;

- Fornecimento das garantias mínimas obrigatórias, bem como manutenção preventiva e corretiva inicial, conforme os requisitos estabelecidos neste ETP;
- Capacitação da equipe indicada pelo TJAP para operação do sistema, com a entrega da documentação técnica completa, incluindo manuais e projeto “as built”.

Esta é uma **estimativa preliminar** baseada em preços médios recentes do Banco de Preços e nas potências definidas no Item 5. Os valores apresentados nesta estimativa são superiores ao montante previsto no convênio, como medida de precaução frente a variações de preços de mercado, logística, custos de instalação e ajustes técnicos que poderão ser exigidos pela concessionária. Esta abordagem garante que o projeto tenha recursos suficientes para execução integral do objeto. Além disso, o quantitativo final a ser faturado precisa ser ajustado pela quantidade correta de **kWp efetivamente instalado e energizado**, conforme projeto executivo aprovado pela concessionária de energia.

7 GESTÃO DO CONTRATO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão do contrato será realizada por servidores designados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), que atuarão como gestores e fiscais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as normativas internas aplicáveis.

Compete ao gestor do contrato:

- Acompanhar a execução contratual, assegurando que os serviços e fornecimentos sejam realizados de acordo com o projeto executivo aprovado e com as condições pactuadas;
- Controlar prazos, medições, cronogramas e pagamentos, verificando a conformidade entre o executado e o contratado;
- Promover a interlocução entre a contratada, a concessionária de energia (Equatorial Energia) e as áreas técnicas do TJAP, a fim de dirimir eventuais dúvidas ou entraves na execução;
- Relatar eventuais falhas, descumprimentos ou necessidades de ajustes, encaminhando-os à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Garantir que sejam observadas as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e boas práticas de engenharia durante toda a execução;
- Manter registro documental de todas as ocorrências relacionadas ao contrato, para fins de controle, auditoria e prestação de contas.

Compete ao fiscal técnico do contrato:

- Realizar vistorias periódicas in loco para verificar a conformidade da instalação e a qualidade dos materiais utilizados;
- Validar os relatórios de comissionamento, testes e entrega das etapas executadas;
- Acompanhar a fase de operação assistida e o cumprimento das garantias contratuais.

O processo de fiscalização será documentado em relatórios periódicos, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência da execução contratual, em atendimento aos princípios da administração pública.

8 RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E PAGAMENTO

O recebimento e a aceitação do objeto contratado obedecerão ao disposto na **Lei nº 14.133/2021** e demais normativos aplicáveis, observando-se as seguintes etapas:

a) Recebimento Provisório:

- Será realizado após a entrega e instalação integral do sistema fotovoltaico, mediante termo circunstanciado emitido pelo fiscal técnico do contrato, atestando a conformidade com o projeto executivo aprovado, a realização dos testes de desempenho, o comissionamento inicial e a autorização da concessionária de energia para conectar o sistema.

b) Recebimento Definitivo:

· Ocorre após o prazo de operação assistida e cumprimento das eventuais pendências identificadas no recebimento provisório, mediante emissão de termo de recebimento definitivo, condicionado à entrega de toda a documentação técnica, manuais de operação, garantias contratuais e projeto “as built”. Ocorre após energização pela Equatorial (comprovada por documento de vistoria/parecer), relatório de comissionamento aprovado e monitoramento remoto operante por 30 dias.

c) Aceitação:

· A aceitação do objeto está vinculada ao correto funcionamento do sistema, à conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos no ETP e ao atendimento das exigências da concessionária Equatorial Energia para a interligação do sistema à rede elétrica.

d) Pagamento:

· O pagamento será efetuado em conformidade com o kWp instalado e em pleno funcionamento, inclusive com a conexão à rede elétrica da equatorial e condicionado ao atesto das medições pelo gestor e fiscal do contrato;

· Não serão realizados pagamentos sem a devida comprovação da execução da etapa correspondente;

· Havendo falhas, pendências ou não conformidades, o pagamento poderá ser suspenso até a completa regularização pela contratada, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

e) Retenção de Valores como Garantia:

· Nos termos do art. 96, §4º, da **Lei nº 14.133/2021**, poderá ser retido percentual do valor devido em cada etapa, a título de garantia da execução contratual, até a efetiva comprovação da regularidade da etapa ou da correção das falhas apontadas;

· O valor retido poderá ser liberado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que atendidas todas as obrigações contratuais;

· Essa retenção não exime a contratada das demais garantias contratuais previstas (manutenção, desempenho e eventuais penalidades).

f) Responsabilidade da Contratada:

· A contratada, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do recebimento definitivo, será responsável pela reparação de quaisquer defeitos ou inconsistências verificados no sistema, decorrentes de falhas de sua responsabilidade durante a execução;

· A contratada responderá pela solidez, segurança e qualidade dos trabalhos e materiais empregados no período mencionado;

· A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, sob pena de suspensão dos pagamentos até a devida regularização.

g) Exigências para Pagamento:

A nota fiscal apresentada para pagamento deverá estar acompanhada das seguintes certidões atualizadas:

· Consulta ao CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;

· Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

· Certificado de Regularidade do FGTS (CRF/CAIXA);

· Certidão Conjunta da Receita Federal (tributos federais e dívida ativa da União);

· Certidão Negativa da Fazenda Estadual do domicílio da contratada;

· Certidão Negativa da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da contratada (ou equivalente na forma da lei).

h) Retenções Legais:

· O contratante efetuará todas as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente, bem como quaisquer outras que vierem a ser instituídas por normas posteriores.

9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A opção pela contratação em **item único** (solução unificada) está fundamentada em análise técnica e econômica que indicou maior eficiência operacional, padronização técnica e mitigação de riscos em comparação ao parcelamento em cotas ou lotes. O parcelamento tem como objetivo ampliar a competição e favorecer a participação de micro e pequenas empresas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do TCU; contudo, a aplicação desse princípio depende de **viabilidade técnica e vantajosidade econômica** demonstradas no ETP.

No caso em tela, o parcelamento apresenta desvantagens relevantes para a Administração: (i) perda de economia de escala e possível aumento do custo global da contratação; (ii) necessidade de padronização técnica para garantir níveis de serviço uniformes e interoperabilidade entre sistemas; (iii) incremento substancial da complexidade de gestão e fiscalização em razão da multiplicidade de contratos e do consequente aumento da carga administrativa; e (iv) risco de fragilidade de fornecimento, uma vez que possíveis micro e pequenas empresas (ME/EPP), ainda que beneficiadas por tratamento diferenciado, podem não dispor de capacidade econômica, logística e técnica para atender integralmente as exigências ou os prazos do objeto, gerando risco de inexecução ou baixa qualidade. Esses pontos estão em consonância com precedentes do TCU que admitem a não divisão do objeto quando justificada tecnicamente.

Ressalta-se que a simples superioridade de preços em uma cota reservada não é elemento suficiente, por si só, para afastar o tratamento previsto à ME/EPP: qualquer dispensa ou mitigação do regime diferenciado deve estar justificada e documentada, observando a legislação (LC 123/2006) e orientações jurídicas pertinentes. Em razão do exposto — e considerando a logística, risco de fragmentação do fornecimento, necessidade de padronização técnica e eficiência da fiscalização — conclui-se que, para este objeto, **não é vantajoso parcelar** a contratação, razão pela qual propõe-se a contratação em lote único, devidamente motivada e demonstrada no presente ETP.

10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com a **Lei nº 14.133/2021**, o Estudo Técnico Preliminar deve identificar contratações correlatas ou interdependentes, permitindo a integração planejada das ações e maior aderência ao ciclo de vida dos objetos contratados.

Neste contexto, foram identificadas as seguintes contratações que se relacionam direta ou indiretamente com a implantação dos sistemas fotovoltaicos:

Contratações Correlatas (Complementares)

Reforma e adaptação das coberturas dos seguintes edifícios:

- Fórum de Oiapoque
- Fórum de Laranjal do Jarí
- Fórum de Macapá – FAB
- Fórum Anexo de Macapá

Essas reformas têm potencial de facilitar ou viabilizar a instalação de painéis solares, assegurando condições estruturais adequadas e prevenindo infiltrações ou impactos posteriores à instalação.

Poda de árvores nos entornos:

- Fórum de Vitória do Jarí
- Posto avançado de Itaubal
- Fórum de Santana
- Juizado Sul

A poda preventiva garantirá segurança e desempenho ao sistema fotovoltaico, evitando sombreamento e danos estruturais ocasionados por galhos.

Contratações Interdependentes (Pré-requisitos)

A execução das reformas e podas está diretamente condicionada à efetividade da instalação dos sistemas fotovoltaicos. Sem essas adequações, a execução da instalação pode ser inviabilizada ou terá sua eficiência comprometida. Dessa forma, estas ações devem ser coordenadas e concluídas **antes da implementação do sistema fotovoltaico**, garantindo a integridade técnica, ambiental e operacional do empreendimento.

Importância dessa integração

A identificação e planejamento dessas contratações correlatas e interdependentes promovem:

- Uso coordenado e eficiente do recurso público;
- Segurança e aderência técnica à solução contratada;
- Racionalização da fiscalização e gestão contratual, evitando retrabalhos, deslocamentos e paralisações;
- Adoção de uma visão sistêmica, em linha com as boas práticas recomendadas pelo TCU.

11 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Esta contratação não está prevista no Plano Anual de Contratações, visto que este plano não está institucionalizado no TJAP para o exercício de 2025.

12 EXECUÇÃO DO OBJETO E DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada no fornecimento e execução de serviços para instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaica conectados à rede elétrica, destinados a unidades do TJAP que recebem fornecimento em baixa e média tensão, conforme especificações do deste ETP.

A empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços:

- a) Levantamento de dados do local indicado para instalação, com análise de projetos e vistoria técnica;
- b) Elaboração de projeto executivo contendo placas solares, inversores, infraestrutura de suporte, cabeamento e distribuição da rede de corrente contínua e alternada, quadros de proteção, interligação com a concessionária, medidores digitais com saída ethernet, sistema de monitoramento remoto, laudos de avaliação estrutural ou declaração de conformidade da estrutura quando cabível, além de todos os materiais necessários ao pleno funcionamento do sistema, com validação pela área técnica do TJAP;
- c) Aprovação do projeto junto à concessionária local de energia;
- d) Aquisição e entrega dos materiais no local de instalação;
- e) Adaptação do padrão de entrada conforme exigências da concessionária de energia;
- f) Montagem e comissionamento do sistema, com a realização de todos os testes necessários à interligação com a rede da concessionária;
- g) Recomposição das áreas afetadas pela execução dos serviços;
- h) Solicitação de vistoria junto à concessionária e início da operação do sistema;
- i) Treinamento técnico de operação;
- j) Prestação de garantia dos serviços e equipamentos, conforme requisitos deste documento;
- l) Cessão dos direitos autorais dos projetos em favor do TJAP.

O serviço objeto deste Estudo Técnico Preliminar será executado exclusivamente em unidades do TJAP abastecidas em baixa e média tensão pela concessionária de energia.

· **Potência total instalada estimada:** 989,24 kWp

· **Geração anual estimada:** aproximadamente 1.483.860 kWh/ano

· **Redução estimada na fatura de energia:** O percentual máximo projetado é de 26%, podendo variar de acordo com o perfil de consumo de cada unidade consumidora. Ressalta-se que a determinação exata desse valor apresenta limitações, em razão da incidência da cobrança do fio B, a qual está diretamente relacionada à curva de carga específica de cada edificação.

· **Redução de emissões de GEE:** considerando o fator de emissão de 38,5 g CO₂/kWh para a matriz elétrica brasileira em 2023 ([MCTI, 2024](#)), a geração projetada permitirá evitar a emissão de aproximadamente 57,12 toneladas de CO₂ por ano.

Dessa forma, além da economia financeira com a redução de despesas de energia elétrica, a contratação contribuirá para a sustentabilidade institucional, alinhada às metas de eficiência energética e de mitigação de impactos ambientais.

13 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para viabilizar a execução do objeto desta contratação, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

a) **Capacitação de servidores** envolvidos na gestão e fiscalização do contrato, com ênfase na legislação e normativos da ANEEL aplicáveis ao sistema de compensação de energia elétrica, visando adequada análise da amortização das faturas de energia;

b) **Elaboração e contratação de reforma dos telhados** das unidades do TJAP (Fórum de Oiapoque, Fórum de Laranjal do Jarí, Fórum FAB e Fórum Anexo), de modo a assegurar as condições estruturais adequadas para a instalação dos sistemas fotovoltaicos;

c) **Garantia de vigilância e segurança patrimonial** nas unidades em que os sistemas fotovoltaicos sejam instalados em solo, a fim de prevenir furtos e vandalismo;

d) **Obtenção das licenças ambientais** e realização dos procedimentos administrativos necessários para a poda ou retirada de árvores que interfiram na instalação dos sistemas fotovoltaicos, notadamente nas unidades do Fórum de Santana, Fórum de Vitória do Jarí e Juizado Sul;

e) **Disponibilização de ferramentas de medição elétrica**, mediante aquisição, aluguel ou empréstimo, para monitoramento das grandezas elétricas dos sistemas fotovoltaicos durante a execução contratual e na fase de operação assistida.

14 DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A execução do objeto poderá ocasionar impactos ambientais de pequena escala, que deverão ser devidamente tratados por meio das seguintes medidas:

a) **Supressão de vegetação:** necessidade de obtenção de licença ambiental para a retirada ou poda de árvores que possam comprometer a instalação e o desempenho dos sistemas fotovoltaicos, notadamente nas unidades do Fórum de Santana, Fórum de Vitória do Jarí e Juizado Sul.

Medida mitigadora: solicitar e cumprir rigorosamente as condicionantes da licença ambiental, priorizando a poda em detrimento do corte, quando tecnicamente viável, e promover compensações ambientais estabelecidas pelo órgão licenciador.

b) **Geração de resíduos sólidos:** durante a execução da obra poderá haver entulho e resíduos diversos (estruturas, cabos, embalagens e sobras de materiais).

Medida mitigadora: garantir o manejo adequado dos resíduos conforme sua classificação, com destinação final em locais licenciados e apropriados, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e legislações correlatas, priorizando a segregação, reutilização e reciclagem sempre que possível.

c) **Risco de contaminação local:** eventual uso de materiais auxiliares de obra (tintas, solventes, óleos ou lubrificantes).

Medida mitigadora: adotar boas práticas de armazenagem, transporte e uso de materiais, evitando vazamentos e promovendo destinação correta de embalagens e resíduos perigosos, conforme legislação ambiental.

d) **Ruídos e transtornos temporários:** geração de ruídos e movimentação de pessoal durante a instalação.

Medida mitigadora: realizar as atividades em horários adequados, com comunicação prévia às unidades do TJAP, e utilizar equipamentos em conformidade com as normas de segurança do trabalho e de controle de ruído.

15 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Considerando os Estudos Preliminares, **declaramos que a contratação de empresa de engenharia especializada no fornecimento e serviços de instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaica conectados à rede elétrica para unidades do TJPA que recebem fornecimento de energia em baixa tensão, é viável técnica e economicamente.**

Macapá-AP, 02 de Fevereiro de 2026.

LUIZ EDUARDO MOREIRA DE JESUS

Analista Judiciário da Secretária de Infraestrutura/ TJAP – Mat. 44345

MARCIO NASCIMENTO MOURA

Coordenador de Fiscalização/TJAP – Mat. 45863

ISALTINO MONTE CARNEIRO JUNIOR

Secretário de Infraestrutura/TJAP - Mat. 45.860

ANEXO III

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. DO OBJETO

1.1. O objetivo deste anexo 02 é apresentar especificações referentes à contratação, fornecendo informações para a instalação dos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica em cada uma das Unidades para as quais forem contratados, considerando as limitações de área para instalação de painéis solares, os dados climatológicos da localidade, a posição dos locais de instalação com relação ao sol, as influências de sombras dentre outras. O objeto da presente contratação inclui o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação e monitoramento, dentre os quais se destacam os seguintes:

a) elaboração dos Projetos Executivos dos sistemas contratados, que resulte na máxima eficiência de geração de energia elétrica;

b) Fornecimento e execução da estrutura de suporte e sustentação dos módulos fotovoltaicos a serem instalados nas coberturas;

c) Fornecimento e execução da fundação e da estrutura de suporte e sustentação dos módulos fotovoltaicos a serem instalados nos estacionamentos (Carpot) e diretamente no solo com estrutura apropriada;

d) Fornecimento e instalação dos módulos fotovoltaicos (placas solares) e dos inversores;

e) aprovação de Projeto Executivo dos sistemas na concessionária local de energia;

f) fornecimento de todos os materiais, quadros, sistema de aterramento e ferramentas necessários à instalação dos sistemas, inclusive na adaptação completa do padrão de entrada;

g) execução dos serviços de montagem e instalação dos sistemas;

h) eventuais adaptações necessárias nos quadros elétricos que servirão de pontos de conexão com a rede elétrica da concessionária;

i) fornecimento e instalação do sistema de gerenciamento e monitoramento para atender todos os sistemas instalados, incluindo a estrutura física de comunicação e hardware de controle e supervisão;

j) realização de configurações, testes, comissionamento, *startup*, entrega técnica das instalações e do monitoramento remoto dos sistemas;

k) treinamento operacional para cada sistema;

l) elaboração do “*As Built*” e do manual de operação e manutenção dos sistemas;

m) todos demais serviços indicados neste documento e aqueles que mesmo não listados vierem a ser exigidos para atender a melhor técnica, com a utilização dos melhores equipamentos e soluções pela CONTRATADA para plena execução do projeto, cumprindo as exigências da concessionária de energia elétrica local.

1.2. A contratação compreende a elaboração do projeto executivo, a aprovação deste junto à concessionária de energia elétrica, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, inclusive com a adaptação do padrão de entrada, montagem, comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, o treinamento da equipe técnica do órgão, projetos “*as built*” e suporte técnico para imóveis próprios do TJAP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório.

1.3. Os serviços serão executados nos locais previstos no ETP, situados na capital, região metropolitana e/ou interior do estado.

1.4. A CONTRATADA deverá realizar o gerenciamento e a supervisão dos projetos de cada sistema a ser instalado, de modo a assegurar o cumprimento do contrato e seu cronograma, assim como deverá obter todas as licenças e aprovações para a implantação dos sistemas de geração de energia elétrica fotovoltaica, devendo observar os prazos e requisitos estabelecidos nas normas técnicas e nos regulamentos técnicos da ANEEL e da concessionária, que disciplinam as condições de acesso ao sistema de distribuição de energia elétrica, tais como solicitações e pareceres de acesso, realização de vistoria e aprovação do ponto de conexão em cada unidade a ser contemplada com o sistema.

2. CARACTERÍSTICAS DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

2.1. Serão instalados sistemas de micro ou mini geração de energia fotovoltaica do tipo *On-Grid* (conectados diretamente na rede elétrica, sem a utilização de baterias) nas Unidades próprias da CONTRATANTE com suas quantidades estimadas de instalação em kWp.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Não há restrição de horário para execução dos serviços objeto da presente licitação, todavia deverão ser observados horários combinados com os representantes da fiscalização juntamente com os gerentes e coordenadores de cada Unidade, de forma a não interferir nas atividades locais, assim como leis e posturas municipais para a realização dos serviços.

3.2 Os serviços que produzam ruído elevado, desligamentos de energia elétrica, ou qualquer outro que interfira no ambiente de trabalho de promotores, servidores e jurisdicionados, deverão ser realizados, a princípio, fora do horário de expediente da Unidade.

3.3 Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, poderá a fiscalização solicitar interrupção temporária dos trabalhos, o que deverá ser imediatamente acatado pela CONTRATADA.

3.4. A equipe técnica da CONTRATADA deverá ser composta por profissionais legalmente habilitados para execução dos serviços;

3.5. A qualquer tempo, a fiscalização poderá exigir a troca de qualquer membro da administração de modo a garantir o bom e efetivo andamento na execução dos serviços contratados.

3.6. No caso de substituição do responsável técnico ao longo do contrato, por qualquer motivo, deverá ser comunicado de imediato à CONTRATANTE e efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetido à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do CREA.

3.7. O Responsável Técnico pela execução dos serviços deverá acompanhar a Fiscalização durante as visitas aos locais de instalação do objeto e quando solicitado pelo Fiscal do TJAP, sempre que devidamente comunicado previamente.

3.8. Na execução dos serviços deverá ser observado o cuidado com a integridade das instalações existentes.

3.9. Deverão ser colocadas tábuas ou itens semelhantes sobre as telhas durante a execução dos serviços de instalação das estruturas e painéis, de forma a evitar que a intensa movimentação dos funcionários danifique o telhado.

3.10. Os materiais deverão ser adequadamente acondicionados de modo a evitar acidentes.

3.11. A CONTRATADA será responsável pelo transporte, guarda e acondicionamento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para execução das instalações.

3.12. Todas as ocorrências estranhas ao andamento dos trabalhos deverão ser comunicadas por e-mail pela CONTRATADA, com o detalhamento necessário e com a devida identificação do subscritor.

3.13. A CONTRATADA fará um Diário de Acompanhamento dos Serviços, no qual serão inseridas todas as informações relevantes com respeito à execução de cada etapa dos serviços realizados. Deverá constar no Diário o registro diário do andamento da execução dos serviços, todas as possíveis intercorrências, assim como as formas de soluções para estas. O Diário deverá ser assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA e ratificado pela Fiscalização da CONTRATANTE.

3.14. Todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios do sistema deverão ser novos e de primeiro uso.

4. PROJETO EXECUTIVO

4.1. O projeto executivo deverá apresentar todos os elementos necessários e suficientes à execução completa da instalação do sistema, de acordo com as normas e legislações pertinentes, dentre estas os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, procurando sempre obter a máxima eficiência no funcionamento, segurança das instalações no aspecto técnico e das pessoas que utilizam cada edifício, assim como, boas condições de manutenção.

4.2. O projeto executivo deverá ser realizado a partir da simulação de produção anual de energia através de software especializado que permita simular as características reais dos equipamentos a serem instalados, os dados climatológicos da localidade, as influências de sombras, da inclinação dos módulos e de demais fatores de geração de energia do sistema fotovoltaico.

4.2.1. O ângulo de inclinação e a direção, em relação ao sol, dos painéis solares deverão ser configuradas de modo a representar o melhor aproveitamento possível da irradiação solar do local.

4.3. Dentre os elementos necessários, deverão ser apresentadas plantas e diagramas detalhados de todas as estruturas e circuitos, bem como memorial de cálculos do sistema de geração, geração estimada anual, proteção, aterramento e estruturas de sustentação dos painéis, seja nas coberturas, nos estacionamentos ou em solo.

4.4. Os espaçamentos necessários para ventilação, acesso e manutenção de todo o sistema deverão ser considerados na elaboração do projeto.

4.5. O projeto deverá contar ainda com a lista completa de todos os materiais e equipamentos a serem instalados, inclusive os que dizem respeito a controle, monitoramento e medição do sistema.

4.6. Todos os itens previstos deverão estar de acordo com a Norma de Distribuição para instalação de e projetos de sistemas fotovoltaicos e/ou outras pertinentes ao tipo de instalação, da distribuidora CEA- Equatorial, que estejam em vigência.

4.7. Deverá ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa ao projeto executivo.

4.8. Os arquivos dos projetos a serem usados como base para a elaboração do projeto da instalação do sistema fotovoltaico (arquitetônico, elétrico, etc) serão fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE no momento da emissão da Ordem de Serviço. Possíveis indefinições ou omissões em tais projetos não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA solicitar aditivos contratuais ou alterar as composições de custos.

4.9. O projeto deve levar em consideração a sobrecarga aplicada no local das instalações à estrutura da cobertura do edifício, de acordo com o peso distribuído dos painéis fotovoltaicos, técnicos em manutenção e suas estruturas de fixação.

4.9.1. Deverá ser fornecido laudo estrutural por profissional legalmente habilitado, atestando que a capacidade de carga da cobertura e estrutura existentes é suficiente para suportar o acréscimo de carga decorrente da instalação dos painéis fotovoltaicos. Caso seja comprovado que a estrutura não suporta a carga adicional, o projeto deverá ser redimensionado considerando a redução da quantidade de painéis instalados, a fim de que seja compatível com a capacidade portante da estrutura.

4.9.2. Deverá ser elaborado projeto, por profissional legalmente habilitado, considerando cálculo e solução de fundação e de estrutura de suporte necessários para suportar a carga dos painéis fotovoltaicos instalados nas áreas de estacionamento (*carport*) e/ou solo;

4.10. O projeto deve conter todos os detalhes dos elementos do sistema, como fixações das estruturas dos painéis, fixação dos inversores, caminho das tubulações, passagem entre a cobertura e a área interna, e acesso para manutenção e limpeza.

4.11. Todas as soluções dadas para o sistema, assim como os tipos de materiais utilizados, nas montagens, fixações, estruturas, etc. deverão ser os mais bem aplicados na boa técnica.

4.12. Possíveis intervenções necessárias nas coberturas, feitas apenas com o intuito de atender o recebimento dos sistemas de geração fotovoltaica, deverão ser executadas pela CONTRATADA.

4.13. As estruturas de sustentação dos painéis fotovoltaicos, seus acessórios e componentes, seja nas coberturas, nos estacionamentos ou em solo, devem ser especificadas e executadas em material resistente a oxidação, tais como aço galvanizado, alumínio ou aço inoxidável.

5. DOCUMENTAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ACESSO

5.1. A CONTRATADA será responsável pelos trâmites de aprovação de acesso junto à distribuidora CEA - EQUATORIAL e para isso deverá apresentar toda a documentação prevista na Norma de Distribuição específica para projeto e instalação de sistemas fotovoltaicos e/ ou outras pertinentes ao tipo de instalação do objeto desse contrato, da distribuidora CEA - EQUATORIAL, que estejam em vigência.

5.2. A definição das unidades consumidoras que farão parte do sistema de compensação de energia, com as respectivas porcentagens de rateio, será estabelecida pela CONTRATANTE.

6. PARÂMETROS DOS SISTEMAS

6.1. Sistemas Fotovoltaicos:

a) Os sistemas serão instalados sobre as coberturas das unidades, ou sobre áreas de estacionamento e/ou no solo.

b) O sistema deverá ser projetado de forma a utilizar a máxima captação de energia ao longo do ano, devendo os painéis fotovoltaicos estarem orientados, o mais próximo possível, em direção ao Norte Verdadeiro ou ao Sul e inclinação no chamado ângulo ótimo, o qual é, de maneira geral, no mínimo dez graus para o Município de Macapá e latitude mais dez graus para os demais municípios.

c) A posição dos painéis fotovoltaicos deverá ser projetada de forma a evitar áreas de sombreamento.

d) O sistema deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida.

e) Quando necessária caixa de passagem, estas devem ser do tipo condutele, em alumínio, fixada com parafusos resistentes a intempéries com tampa vedada.

f) As tubulações externas aparentes em aço galvanizado tipo médio ou pesado e eletrodutos metálicos flexíveis com revestimento externo em camada de PVC extrudado (SEAL TUBO).

g) As intervenções necessárias para as instalações nas partes físicas de cada imóvel, como aberturas e rasgos, deverão ser feitas e reparadas pela CONTRATADA sem custo adicional, mantendo a característica original.

h) A CONTRATADA deverá recompor, conforme padrão existente, as paredes, pintura, forro, piso ou qualquer elemento do edifício que sofrerem intervenção durante os trabalhos de instalação do sistema, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

i) Nas instalações e montagens deverão ser utilizados todos os EPI e EPC necessários e seguidas todas as normas de segurança aplicáveis, sobretudo as seguintes normas regulamentadoras: NR06, NR10 e NR35.

j) Devem ser apresentados à Fiscalização, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência das atividades, os certificados válidos dos cursos de NR 10 e de NR 35 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétrico e de altura, respectivamente. As frentes de serviço somente podem realizar suas atividades, mediante a devida regularização.

k) O sistema de geração fotovoltaica deve ter gerenciamento remoto através de sistema de gerenciamento, monitoramento, controle e supervisão dos dados capaz de manter a base de dados em tempo real e seu histórico, devendo permitir a supervisão remota do sistema e ajustes de parâmetros.

7. CAPACIDADES A SEREM INSTALADAS

7.1. A capacidade total a ser contratada é de **989,24** kWp em lote único. Destes, **677,43** kWp serão instalados sobre telhado, **188,96** kWp serão instalados sobre cobertura de estacionamento (*carports*) e **122,85 kWp no solo com estrutura específica**.

8. PAINÉIS FOTOVOLTAICOS

8.1. A quantidade de painéis deverá ser dimensionada respeitando os limites do espaço físico disponível e a capacidade do sistema a ser instalado.

8.2. Todos os painéis de uma mesma instalação deverão ser do mesmo fabricante e modelo e certificados pelo INMETRO com classificação energética "A" conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem e IEC 61215 e 61730 ou norma vigente.

8.3. Tipo de célula: Silício monocristalino.

8.4. Tipo de moldura: Alumínio.

8.5. Grau de proteção mínimo: IP 67.

8.6. Potência mínima aproximada: 585 Wp.

8.7. Tolerância de potência: 0% a +5%.

8.8. Eficiência mínima: 20% nas condições padrões de teste (CPT).

8.9. Coeficiente de temperatura máximo aproximado: 0,5%/°C.

8.10. Temperatura admissível para o módulo em operação contínua: -40°C até +85°C.

8.11. Garantia de potência nominal após os 25 primeiros anos: $\geq 83\%$.

8.12. Garantia contra defeitos de fábrica: Mínimo de 10 anos.

8.13. Qualificação de projeto e homologação: IEC 61215.

8.14. Qualificação de segurança de módulos fotovoltaicos: IEC 61730.

8.15. Registro Nacional de Conservação de Energia do Programa Brasileiro de Etiquetagem emitido pelo Inmetro: Classe A.

8.16. Condições Padrões de Teste (CPT): irradiação de 1000W/m², espectro de massa de ar 1,5 e temperatura de célula de 25°C.

8.17. Poderão ser utilizadas placas com maior ou menor potência desde que atendidas às exigências mínimas estabelecidas acima e aprovada pela CONTRATANTE.

8.18. Os cabos elétricos, quando instalados ao tempo, devem ser resistentes a intempéries, não propagar chamas, maleável e com tensão de isolamento superior aproximado a 1,8 kVcc.

8.19. Os conectores devem ser no padrão MC4, snaplock, ou similar, com travamento interno, IP67, corrente acima de 30A.

8.20. Suporte e fixação dos Painéis:

a) A estrutura de sustentação e fixação dos painéis deverá ser estática, com ângulo de inclinação conforme definido no projeto executivo e executada com o tipo/modelo mais adequado tecnicamente para o tipo de cobertura e, quando for o caso, para as áreas de estacionamento e solo, com materiais resistentes a intempéries. O dimensionamento da estrutura de sustentação e fixação, acessórios, suportes e parafusos é de responsabilidade da CONTRATADA. Os materiais utilizados devem resistir a intempéries, podendo ser de alumínio, aço galvanizado a fogo ou aço inoxidável, garantindo a melhor ventilação natural para os módulos.

b) As estruturas de fixação dos módulos fotovoltaicos deverão ser fornecidas em alumínio ou aço inoxidável. Os parafusos, porcas e arruelas deverão ser de aço inoxidável.

c) As hastes, conectores e condutores de aterramento deverão ser em cobre e liga apropriado, tipo Copperweld, e em acordo com as Normas Técnicas Brasileiras pertinentes.

d) Deverá ser escolhida a melhor opção de estrutura de suporte e fixação dos módulos para cada tipo de telhado. Essa solução deve considerar a resistência aos ventos, com a menor intervenção possível no telhado original, evitando novos furos e facilitando a manutenção ou troca das telhas existentes, bem como evitar o aparecimento de goteiras.

9. INVERSORES

9.1. A quantidade e potência de saída de cada inversor deverá ser estabelecida de acordo com a capacidade de cada sistema e as exigências abaixo, no que couber, podendo ser apresentadas no projeto executivo atualizações tecnológicas que mantenham a eficiência do sistema.

9.2. Tipo de inversor: *Grid-tied*, trifásico conectado à rede, sem uso de transformador, salvo restrição técnica devidamente justificada.

9.3. Tensão de saída: a tensão de saída do conjunto de inversores deve ser compatibilizada ao nível nominal de utilização da concessionária de energia local.

9.4. Frequência de saída: 60Hz.

9.5. Potência mínima total: específica para cada sistema, evitando um número excessivo de inversores de potência mínima para cada local.

9.6. Eficiência mínima de pico: 95%.

9.7. Fator de dimensionamento aproximado: 0,9

9.8. Grau de proteção mínimo: IP 65

9.9. Normas a atender: ABNT NBR 16149, ABNT 16150 e ABNT IEC 62116 ou as normas europeias IEC 61727:2004-12, IEC 62116:2014 ou norma americana IEEE 1547. Devem possuir certificação do INMETRO – aceitável pela Concessionária local (EQUATORIAL) ou normas que estejam vigentes e sejam compatíveis com o tipo e com as exigências do objeto do certame.

9.10. Proteções: conforme exigência do PRODIST e da Norma de Distribuição específica da Equatorial Energia ou outra vigente.

9.11. Os inversores serão instalados na posição indicada conforme projeto executivo a ser elaborado pela CONTRATADA, preferencialmente dentro da Sala Técnica das Unidades.

9.12. Modelos de referência: Inversor Fronius, INTELBRAS, SAJ, SUNGROW, ECOSOLYS, GROWATT ou equivalente técnico desde que homologado para instalação pela concessionária de energia elétrica local.

9.13. Poderão ser utilizados inversores com maior potência desde que atendidas às exigências mínimas estabelecidas acima e com concordância prévia da fiscalização da CONTRATANTE.

9.14. Devem possuir proteção contra “ilhamento”, atendendo a resposta de variação de tensão.

9.15. Devem possuir controle de fator de potência automático em função de variação da corrente de saída.

9.16. Os inversores devem incluir proteção contra reversão de polaridade na entrada, curto-circuito na saída, sobretensão e surtos em ambos os circuitos, proteção contra sobrecorrente na entrada e saída além de proteção contra superaquecimento.

9.17. Devem ser conectados aos dispositivos de seccionamento adequados, visíveis e acessíveis para a proteção da rede e da equipe de manutenção.

9.18. Todos os circuitos devem ser identificados em seus terminais no inversor e nos quadros de proteção e *string box* com plaquetas em material plástico gravadas em baixo relevo com cores

em contraste.

9.19. Devem possuir *display* digital para monitorar os dados de geração e configurações necessárias.

9.20. Deve ter dispositivo de monitoramento remoto.

9.21. Devem manter todas as exigências da concessionária local.

9.22. O quadro de paralelismo dos inversores, disjuntores de proteção e barramentos associados, cabos de entrada e saída devem ser dimensionados e instalados em conformidade com a NBR5410 ou outra vigente.

10. CABOS E TUBULAÇÕES

10.1. Os condutores CC deverão ser apropriados para utilização em sistemas solares, possuir isolamento EPR ou similar e conectores MC4.

10.2. Para os condutores do lado CA deverão ser atendidas no mínimo as exigências da norma NBR 5410.

10.3. Todos os terminais dos condutores deverão ser identificados, conforme diagrama de ligação a ser elaborado pela CONTRATADA.

10.4. Os condutores deverão ser protegidos por eletrodutos tanto acima quando abaixo do telhado.

10.5. Deverão ser utilizados eletrodutos metálicos flexíveis-SEALTUBO para as tubulações aparentes, eletrodutos PVC rígido para as instalações subterrâneas e metálicas média, pesada ou flexível metálica (SEAL TUBO) para as tubulações acima da laje e telhado.

10.6. Para a descida dos condutores a serem interligados aos inversores não será admitido perfurar as telhas, sendo necessário prever outra forma de realizar tal parte da instalação.

10.7. Ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para conexão do sistema com a rede da CONTRATANTE, dentre eles, barramentos, quadros e conectores.

11. QUADROS DE PROTEÇÃO E CONTROLE CA E CC

11.1. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA painéis de interface confeccionados de material não corrosivo com as dimensões para abrigar e proteger os equipamentos CA e CC, tais como chaves seccionadoras, DPS, disjuntores e todos os demais itens necessários.

11.1.1. Deverá ser instalado quadro/ dispositivo de proteção (*string box*) na corrente contínua (CC).

11.1.2. Os quadros elétricos (CA e CC) necessários à proteção do sistema deverão ser instalados em locais de fácil acesso, sem a presença de contaminantes na atmosfera e com boa ventilação, além disso, deve-se também observar o aspecto de distância entre os módulos fotovoltaicos e os inversores.

11.2. Deverão ser utilizados painéis adequados às instalações elétricas, de dimensões apropriadas para abrigar os equipamentos de proteção, controle, manobra, etc.

11.3. Os quadros serão instalados na posição indicada conforme projeto executivo a ser elaborado pela CONTRATADA, preferencialmente dentro da Sala Técnica das Unidades.

11.4. Todos os fusíveis das séries (quando houver necessidade); disjuntores de seccionamento; dispositivos de Proteção contra Surtos (DPS), entre ambos os polos do paralelo e entre eles e o sistema de aterramento, devem ser dimensionados conforme as características do sistema instalado e seguindo a Norma NBR IEC61643-1;

11.5. Os fusíveis e dispositivos de proteção contra surtos devem estar em conformidade com a norma ABNT 5419 e da concessionária de energia.

11.6. As caixas de conexão devem ser pelo menos IP 65, em conformidade com as normas pertinentes e devem ser resistentes à radiação ultravioleta, e em caso de instalação ao tempo, os painéis elétricos deverão possuir grau de proteção IP 65;

11.7. Dentro das caixas de conexão, os elementos devem ser dispostos de tal forma que os polos positivo e negativo fiquem tão separados quanto possível, respeitando, minimamente, as distâncias requeridas pelas normas aplicáveis.

11.8. A queda de tensão nos condutores c.c., desde os módulos até a entrada dos inversores, deve ser inferior a 2% (dois por cento) para a corrente de máxima potência do gerador em STC.

12. SISTEMAS DE ATERRAMENTO

12.1. O sistema de aterramento deverá ser compatível com os padrões e normas da Distribuidora EQUATORIAL, atendendo a requisitos de segurança pessoal e dos equipamentos com relação também a resistência final do aterramento, que deve ser medida com equipamento apropriado no comissionamento.

12.2. Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade. Os módulos fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos nas caixas de conexão, entre ambos os polos das conexões em paralelo dos strings e entre eles e o condutor de aterramento. Toda a instalação, deve ser realizada em conformidade com as normas NBR 5419 e NBR 5410 ou vigentes, inclusive, eventuais adaptações necessárias.

12.3. O sistema de aterramento deve ser feito de forma a resultar em valor de resistência dentro do aceitável para o tipo de instalação e deverá constar no relatório de Comissionamento do sistema após executada os valores dessas resistências após a medição com equipamentos apropriados.

13. ESTRUTURA DE CARPORT E DE SOLO

13.1. As estruturas de suporte tipo *CARPORT E DE SOLO* deverão ser projetadas para resistir aos esforços do vento e carregamentos, deverão possuir pintura epóxi e/ou galvanização a fogo nos perfis metálicos e todos os componentes das estruturas devem ser executados de acordo com a NBR-6123, NBR-14643, NBR-8800 e em conformidade com a ISO 9223 e EN 12944-2. Os procedimentos de instalação deverão preservar a proteção contra corrosão, que também é aplicável aos parafusos, porcas e elementos de fixação em geral.

13.2. As estruturas deverão ser fixadas em bases de concreto, as quais deverão ser projetadas conforme recomendações da NBR-6122, NBR-6118, e demais normas pertinentes.

13.3. A menor altura livre da estrutura, entre o nível de referência do solo e a base da viga metálica (pé direito) deve ser de 2,20 metros, para o solo pode ser definido no projeto executivo.

13.4. O vão deve ser de no mínimo 5 metros, considerando duas vagas para veículos.

13.5. O plano de instalação dos módulos fotovoltaicos deverá ter inclinação de no mínimo 10%, salvo indicação técnica contrária, na direção que possibilite a melhor geração do sistema fotovoltaico.

13.6. O Serviço deverá contemplar instalação completa da estrutura *carport e/ou para solo* e execução das fundações de suporte e obras civis necessárias, com fornecimento do projeto executivo da estrutura metálica e fundações e Assinatura de Responsabilidade Técnica – ART.

13.7. O *CARPORT* deverá prever estanqueidade dos módulos solares para evitar infiltração de água.

13.8. A CONTRATADA será responsável pelos ajustes na infraestrutura de iluminação das áreas externas a serem realizadas após a instalação dos *carports*, devendo tais ajustes serem aprovados pelo CONTRATANTE.

14. INSTRUMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS

14.1. Todos os instrumentos de medição, máquinas e ferramentas necessários para a boa execução dos serviços de instalação dos sistemas fotovoltaicos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

15. SISTEMAS DE MONITORAMENTO – VIA WEB E DISPOSITIVO MÓVEL

15.1. O sistema de monitoramento deverá coletar e monitorar todos os dados do sistema fotovoltaico, possibilitando análise em tempo real da performance de geração de energia e indicação de possíveis falhas.

15.2. Ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para conexão do sistema de monitoramento à rede local da CONTRATANTE, assim como seus ajustes dos parâmetros e configurações necessárias.

16. INSTALAÇÃO DO SISTEMA

16.1. O início da instalação só será autorizado após a aprovação do projeto executivo feito pela CONTRATADA junto à distribuidora de energia.

16.2. Deverão ser instalados todos os materiais e equipamentos especificados de acordo com projeto encaminhado e aprovado pela distribuidora, inclusive as adaptações no padrão de entrada.

16.3. Deverá restar pendente apenas a substituição do medidor de energia por parte da distribuidora, ficando a cargo da CONTRATADA todos os demais serviços necessários para a instalação, ao bom funcionamento e monitoramento do sistema fotovoltaico instalado.

16.4. Deverão ser atendidas todas as normas ABNT, normas técnicas da distribuidora e resoluções da ANEEL.

16.5. Deverá ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à instalação do sistema de geração fotovoltaica assim como para o projeto executivo.

17. COMISSIONAMENTO DO SISTEMA

17.1. O comissionamento será realizado pela CONTRATADA para verificar se o sistema foi corretamente instalado, se atende às especificações de projeto e às normas cabíveis e está apto para funcionar com segurança, conectado à rede da Concessionária.

17.2. As inspeções e testes operacionais deverão ser realizadas com instrumentos apropriados logo após as instalações e antes que este seja colocado em operação.

17.3. Tais procedimentos serão acompanhados pela fiscalização da CONTRATANTE.

17.4. Deverá ser elaborado documento que informe os procedimentos a serem adotados no comissionamento de acordo com as recomendações dos fabricantes e com as normas cabíveis, antes do início do comissionamento em si.

17.5. Devem ser observados, no mínimo, os seguintes pontos durante o comissionamento:

a) Inspeção visual e termográfica: deve ser realizada inspeção visual das estruturas metálicas, módulos, conectores e quadros; mediante uma câmera termográfica e com o gerador fotovoltaico operando normalmente (conectado à rede), deve ser observada a temperatura dos módulos fotovoltaicos, registrando a diferença de temperatura entre a célula mais quente e a mais fria, e também qualquer temperatura absoluta próxima ou maior que 100°C; deve ser realizada também avaliação termográfica dos quadros elétricos.

b) Documentação completa do sistema;

c) Testes operacionais (equipamentos, quadros, conexões, circuitos, proteção, aterramento, etc.) verificando as grandezas elétricas e execução de inspeção termográfica nos painéis fotovoltaicos, cabeamento elétrico e conexões e verificação de quantidades e especificações dos equipamentos instalados;

d) Inspeção nas estruturas metálicas;

e) Testes de funcionamento do sistema de monitoramento remoto;

f) Verificar os parâmetros ajustados no sistema e redefinir se for necessário;

g) Verificar a vedação na fixação dos suportes nos telhados.

18.6. Após conclusão do comissionamento deverá ser entregue relatório com as seguintes informações:

- a) Período de comissionamento e data do relatório;
- b) Participantes e suas assinaturas;
- c) Todos os procedimentos, fotos e resultados.
- d) Lista de problemas encontrados e procedimentos realizados para saná-los;
- e) Lista de pendências e prazo para regularização;
- f) Possibilidade de problemas futuros detectados durante a inspeção.
- g) Informações úteis para o bom funcionamento do sistema.

17.7. A fiscalização da CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA testes adicionais para constatar o perfeito funcionamento e rendimento esperado do sistema instalado.

18. CARACTERIZAÇÃO DOS INVERSORES

18.1. Realizar a medição da eficiência do inversor em relação à carga, capacidade de conversão de energia CC em CA.

18.2. Deve-se utilizar o analisador de energia medindo a tensão CC, a corrente que alimenta a entrada do inversor, a corrente de saída e as três tensões CA de fase.

18.3. Deve-se avaliar a curva de eficiência medida para diferentes níveis de carregamento do inversor e comparar com a curva de eficiência apresentada pelo fabricante.

18.4. Deve-se realizar a medição de eficiência para cada modelo de inversor instalado no Sistema fotovoltaico a ser avaliado.

19. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

19.1. O princípio do teste consiste em observar as condições durante a operação real do sistema em operação, a quantidade de energia efetivamente fornecida à rede elétrica e comparar à quantidade de energia estimada a ser fornecida pelo sistema. O período de registro deve englobar desde o nascer até o pôr do sol e os valores de irradiação solar registrados com periodicidade menor que 1 (um) minuto; durante o teste deve ser evitada qualquer ação que afete o grau de limpeza dos geradores e dos módulos de referência; outros esforços de manutenção podem ser feitos, registrando cuidadosamente os detalhes (causa, tarefa e duração) em um relatório específico para o tempo de duração do teste. Ao final desse teste deve ser plotado gráfico das medições de Performance pela Irradiação Solar bem como apresentada a Performance média do sistema.

20. PROJETO AS BUILT

20.1. O projeto executivo de cada Unidade poderá sofrer algumas alterações durante a instalação do sistema, tornando assim necessária a elaboração de projeto *as built*.

20.2. Neste deverá ser informado as estimativas da taxa de desempenho do sistema (PR – Performance Ratio), bem como a estimativa de produção anual de energia.

20.3. Deve conter todas as informações atualizadas após a instalação do sistema. O *as built* deve ser feito utilizando das informações e registros de forma contínua durante todo o procedimento de instalação, para resultar na representação mais próxima do efetivamente executado. Deve conter plantas, cortes mostrando os sistemas e circuitos assim como o aterramento e proteção.

20.4. Antes da realização do comissionamento, a CONTRATADA deverá entregar em meio digital (DWG) e impresso o *as built* da instalação, o qual será conferido durante o processo, e, caso haja necessidade, adaptado para atender às exigências feitas no mesmo.

21. MANUAIS E TERMOS DE GARANTIA

21.1. A CONTRATADA deverá apresentar os manuais e certificados de garantia de fábrica para os equipamentos do sistema de geração (incluindo o sistema de monitoramento, controle e

medição).

21.2. Durante a fase de garantia, a CONTRATADA responderá por todos os problemas com equipamentos e intermediará o processo com os fabricantes.

21.3. A CONTRATADA deverá garantir o sistema contra erros de projeto, de instalação, de escolha de materiais ou equipamentos, incompatibilidade de funcionamento entre equipamentos, erro na coordenação da proteção, inconsistência da especificação e requisitos de projeto, dentre outros.

21.4. No período de garantia da instalação, será responsabilidade da CONTRATADA a correção de qualquer problema que não tenha sido detectado no comissionamento, mas que seja provocado por erro de projeto ou de instalação;

21.5. A garantia de desempenho do sistema deverá incluir:

a) Capacidade de geração fotovoltaica no momento de comissionamento, com exceção a redução natural de eficiência dos módulos fotovoltaicos;

b) Funcionamento pleno do sistema de monitoramento;

c) Disponibilidade mínima de funcionamento durante o período de garantia;

d) Taxa de desempenho do sistema (PR – Performance Ratio) durante o período de garantia.

22. NORMAS TÉCNICAS A SEREM ATENDIDAS

22.1. Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, seção 3.7 do módulo 3.

22.2. Resolução Normativa ANEEL Nº 482 de 17 de abril de 2012, 687/2015 e suas atualizações.

22.3. Leis, Decretos e Resoluções do Sistema CONFEA/CREA.

22.4. Norma Técnica de Conexão de Micro e Minigeração Distribuída (NT.00020.EQTL-04-NT.020.EQTL) da CEA EQUATORIAL ou aquelas que estejam vigentes.

22.5. Normas Brasileiras ABNT NBR 5410, 5419, 16149, 10899, 16274, 16150, IEC 62116.

22.6. Norma Internacional IEC 61215.

22.7. NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade.

22.8. NR 35 – Trabalho em Altura.

22.9. NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

22.10. Devem ser observadas toda legislação aplicada ao objeto e que seja necessário ao perfeito funcionamento e execução do serviço.

23. TREINAMENTO OPERACIONAL

23.1. Ao final de cada instalação deverá ser feito pela CONTRATADA treinamento com servidores designados pela CONTRATANTE com o intuito de capacitar para operar cada sistema e acompanhar o seu funcionamento através do aplicativo/software/sistema.

23.2. O treinamento operacional será executado no local da instalação pelo responsável técnico da CONTRATADA.

24. MANUAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

24.1. O Manual de Operação e Manutenção do sistema deve conter todas as informações necessárias para possibilitar que o CONTRATANTE opere e mantenha os sistemas fotovoltaicos numa melhor eficiência de funcionamento.

24.2. Devem ser apresentados, no mínimo, os seguintes itens:

a) descrição da estrutura dos sistemas fotovoltaicos.

b) Plano Anual de Manutenção Preventiva.

c) procedimentos de manutenção preventiva dos principais componentes (inversores, painéis, DPS, cabos, terminais, disjuntores, apertos de parafusos, fusíveis e conectores).

d) diagnose de erros e solução de problemas das partes principais.

e) informações sobre substituição de todas principais partes mecânicas e elétricas, inclusive cabos e conectores.

f) monitoramento do desempenho geral dos parâmetros importantes do sistema.

g) detecção de faltas.

h) procedimentos de limpeza dos módulos, de acordo com as orientações do fabricante.

i) operação do sistema de monitoramento e gerenciamento.

24.3. Deve ser elaborado levando em consideração os manuais e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos, tanto na definição das rotinas de manutenção quanto na periodicidade dessas atividades.

24.4. O Plano periódico de Manutenção Preventiva dos sistemas, em formato de tabela, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) equipamento objeto da inspeção/intervenção.

b) atividade de manutenção a ser realizada.

c) Periodicidade.

d) campo dedicado aos comentários acerca da atividade de manutenção realizada durante certo tempo de acordo com a periodicidade definida para essa atividade.

LUIZ EDUARDO MOREIRA DE JESUS

Analista Judiciário da Secretária de Infraestrutura/ TJAP – Mat. 44345

MARCIO NASCIMENTO MOURA

Coordenador de Fiscalização/TJAP – Mat. 45863

ISALTINO MONTE CARNEIRO JUNIOR

Secretário de Infraestrutura/TJAP - Mat. 45.860

ANEXO IV**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Estado do Amapá, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, na cidade de Macapá-AP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 34.870.576/0001-21, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, o **Desembargador JAYME HENRIQUE FERREIRA**, cujo termo de posse foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº XX, de XX de XXXXX de 202X, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão nº/200..., mediante sistema de registro de preços, processo administrativo SEI 0019658-91.2025.8.03.0901, RESOLVE registrar os preços da empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede em xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxx, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Resolução nº 1.594, de 10 de maio de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o registro de preços para contratação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid).

1.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O edital da licitação;
- 1.2.2. O termo de referência;
- 1.2.3. A proposta da contratada; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Grupo único					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor subtotal
1	Geradores fotovoltaicos solo/estacionamento	Potência estimada (kWp)	406,00	R\$	R\$
2	Geradores fotovoltaicos cobertura	Potência estimada (kWp)	881,00	R\$	R\$
Valor total					R\$

2.2. É fornecedor adjudicatário da presente ata de registro de preços:

- 2.2.1. Razão social:
- 2.2.2. CNPJ:
- 2.2.3. Endereço:
- 2.2.4. Representante:
- 2.2.5. Contato:

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do TJAP apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O TJAP poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do TJAP, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.3.1. O prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo TJAP, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

3.5. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

3.5.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o TJAP e para os órgãos ou as entidades participantes; e

3.5.2. o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o TJAP e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4. **VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de publicação no Diário de Justiça Eletrônico, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso e que o fornecedor tenha manifestado interesse na prorrogação.

4.1.1. A prorrogação da vigência da ata de registro de preço renova a quantidade inicial registrada, excluindo-se eventual saldo quantitativo remanescente da vigência inicial.

5. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

5.1.3. na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

a) A anualidade será contada a partir da data do orçamento estimado da licitação, fixada em **04/09/2025**.

b) Para atualização do preço, aplica-se o **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**.

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. **NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o TJAP convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item **6.1.1**, o TJAP convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o TJAP procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o TJAP comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao TJAP a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo TJAP e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item **6.2.2**, o TJAP convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o TJAP procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nos itens **6.2 e 6.2.1**, o TJAP atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O TJAP comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo TJAP, quando o fornecedor:

- 7.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- 7.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2.2; ou
- 7.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese prevista no item 7.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o TJAP poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TJAP poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo TJAP, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 7.5.1. por razão de interesse público;
- 7.5.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 7.5.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos itens 6.1.3 e 6.2.4.

8. CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

8.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Os instrumentos serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

8.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no instrumento convocatório, conforme o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

8.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8.5. A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

9. PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no edital ou no termo de referência, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. **CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

Macapá-AP, 26 de março de 2026

Desembargador Jayme Henrique Ferreira

Presidente

XXXXXXXXXX

Fornecedor

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 0019658-91.2025.8.03.0901

CONTRATO Nº XXX/2026-TJAP

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
E A EMPRESA XXXXXXXXX,
PARA OS FINS NELE
DECLARADOS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, com sede na Rua General Rondon, nº 1295, na cidade de Macapá/Estado do Amapá, inscrito no CNPJ sob o nº 34.870.576/0001-21, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador JAYME HENRIQUE FERREIRA, cujo termo de posse foi publicado no Diário da Justiça de nº 38 do dia 25 de fevereiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXX, situada no endereço XXXXXXXXXX, através de seu representante legal o Sr. XXXXXXXXX, RG Nº XXXXXXXX, CPF/MF Nº XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº XXXXXXXXX.8.03.0901-SEI e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid), nos termos das condições estabelecidas neste instrumento e conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Qtd	Valor	Subtotal
1	Geradores fotovoltaicos solo/estacionamento	Potência estimada (kWp)	406,00	R\$	R\$
2	Geradores fotovoltaicos cobertura	Potência estimada (kWp)	881,00	R\$	R\$
TOTAL GERAL:					R\$

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;

1.2.2. O Edital do Pregão Eletrônico nº XXXX/2026; e

1.2.3. A Proposta do contratado e eventuais anexos.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 27 (vinte e sete) meses contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista o que estabelece o Estudo Técnico Preliminar, em especial o item 4.2.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando ainda para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.3. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A Administração deverá atestar a cada novo exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

2.6. A administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

MODELO DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços em foco nestes estudos têm o condão de combinar-se ao fornecimento de equipamentos de modo que, em conjunto, signifique o pleno atendimento às demandas de geração de energia fotovoltaica, garantindo uma economia financeira e sustentabilidade ambiental.

3.2. Os objetos da contratação, doravante denominados Geradores Fotovoltaicas, deverão ser entregues sob a ótica “chave na mão”, caracterizada como em pleno funcionamento, gerando energia nos níveis esperados e injetando esta energia gerada no sistema elétrico.

3.3. A contratada deverá, em seguida, elaborar o projeto executivo, apresentando-o à fiscalização para análise e aprovação. O projeto executivo poderá, devido às condições técnicas específicas do local de instalação, inclusive as relacionadas à manutenção do sistema, apresentar uma potência instalada menor do que a inicialmente prevista, desde que devidamente justificada e aprovada. O prazo para elaboração e entrega do projeto executivo não pode ser superior a 60 dias.

3.4. Após a aprovação do projeto pela fiscalização do contrato, a Contratada será responsável por submeter o projeto executivo à aprovação da Concessionária de Energia Elétrica, acompanhando todas as etapas do processo até a obtenção da aprovação final.

3.5. O início da instalação do sistema fotovoltaico somente será autorizado após a aprovação formal da solicitação de acesso pela Concessionária de Energia Elétrica.

3.6. Antes do início da instalação, a Contratada deverá emitir as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto executivo e da instalação, de acordo com as normas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

- 3.7. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, as condições de segurança do trabalho e as disposições previstas neste ETP.
- 3.8. A instalação do sistema deverá ser concluída com a realização de testes de comissionamento, sendo obrigatória a emissão de relatório técnico contendo os resultados e garantindo a conformidade com os parâmetros estabelecidos no projeto aprovado. O sistema instalado deverá ser entregue em pleno funcionamento, acompanhado de treinamento operacional destinado aos responsáveis pela gestão e manutenção das unidades do TJAP, com a emissão de certificado. O prazo entre o início do serviço e a entrega do sistema não pode ser superior a 180 dias.
- 3.9. O treinamento deverá contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:
- 3.9.1. Funcionamento do Sistema Fotovoltaico;
 - 3.9.2. Princípios de geração de energia solar;
 - 3.9.3. Explicação sobre os componentes do sistema (painéis solares, ...) inversores, estrutura de suporte, entre outros). Fluxo de operação e integração com a rede elétrica;
 - 3.9.4. Monitoramento e Operação: Utilização do software ou sistema de monitoramento de geração de energia. Leitura de indicadores de desempenho. Identificação de possíveis falhas ou inconsistências no sistema;
 - 3.9.5. Manutenção Preventiva e Corretiva: Orientações sobre limpeza e conservação dos equipamentos. Reconhecimento de situações que demandem manutenção técnica especializada. Ações preventivas para prolongar a vida útil do sistema;
 - 3.9.6. Aspectos de Segurança: Cuidados ao manusear equipamentos. Procedimentos em caso de emergências, como incêndios ou falhas elétricas.
- 3.10. Qualquer alteração ou adequação necessária durante a execução dos serviços deverá ser previamente submetida à fiscalização para análise e aprovação.
- 3.11. A contratada deverá realizar os seguintes serviços:
- 3.11.1. Levantamento de dados do local indicado para instalação, com análise de projetos e vistoria técnica;
 - 3.11.2. Elaboração de projeto executivo contendo placas solares, inversores, infraestrutura de suporte, cabeamento e distribuição da rede de corrente contínua e alternada, quadros de proteção, interligação com a concessionária, medidores digitais com saída ethernet, sistema de monitoramento remoto, laudos de avaliação estrutural ou declaração de conformidade da estrutura quando cabível, além de todos os materiais necessários ao pleno funcionamento do sistema, com validação pela área técnica do TJAP;
 - 3.11.3. Aprovação do projeto junto à concessionária local de energia;
 - 3.11.4. Aquisição e entrega dos materiais no local de instalação;
 - 3.11.5. Adaptação do padrão de entrada conforme exigências da concessionária de energia;
 - 3.11.6. Montagem e comissionamento do sistema, com a realização de todos os testes necessários à interligação com a rede da concessionária;
 - 3.11.7. Recomposição das áreas afetadas pela execução dos serviços;
 - 3.11.8. Solicitação de vistoria junto à concessionária e início da operação do sistema;
 - 3.11.9. Treinamento técnico de operação;
 - 3.11.10. Prestação de garantia dos serviços e equipamentos, conforme requisitos deste documento;
 - 3.11.11. Cessão dos direitos autorais dos projetos em favor do TJAP.

Prazo de execução

3.12. O prazo de execução total do contrato não poderá exceder 24 (vinte e quatro) meses, incluindo elaboração de projeto, fornecimento, instalação, comissionamento e aprovação junto à concessionária para conexão do sistema.

Projeto executivo

3.13. Elaboração do projeto executivo do sistema fotovoltaico, contemplando o dimensionamento, layout da instalação, adequações elétricas e estruturais necessárias.

3.14. Aprovação obrigatória junto à Equatorial Energia, garantindo a regularidade e segurança na conexão com a rede de distribuição. O prazo para protocolar o projeto após a aprovação do TJAP não pode ser superior a 15 dias.

3.15. Projeto deve apresentar a estimativa de energia convertida pelo sistema pelo período de um ano e sua respectiva redução de emissão de gases de efeito estufa.

3.16. A contratada deverá elaborar o projeto executivo completo, contemplando:

3.16.1. Dimensionamento do sistema;

3.16.2. Infraestrutura de suporte, cabeamento, quadro de proteção e interligação com a rede elétrica;

3.16.3. Adaptações no padrão de entrada que a concessionária de energia determinar para a ligação de sistemas conectados à rede;

3.16.4. Medidores digitais e sistema de monitoramento remoto;

3.16.5. Laudos de avaliação estrutural ou declaração de conformidade da edificação, quando o sistema for instalado no telhado.

3.17. O projeto executivo deverá ser aprovado junto à concessionária Equatorial Energia, garantindo a conexão segura e regulamentada do sistema à rede elétrica existente e permitindo a redução da fatura de energia.

3.18. Deverá existir uma ART pela elaboração do projeto executivo.

Geração fotovoltaica

3.19. Instalação de módulos solares fotovoltaicos em coberturas ou áreas livres adequadas. Preferencialmente, esses módulos precisam ser do tipo monocristalino, para permitir a maior capacidade de geração no menor espaço possível.

3.20. Utilização de inversores interativos com as proteções adequadas para conversão da energia e sincronização com a rede elétrica da concessionária.

3.21. Interligação ao sistema elétrico existente, permitindo a compensação de energia conforme regulamentação vigente.

3.22. Realizar as adaptações no padrão de entrada que a concessionária de energia exigir na etapa de aprovação do projeto executivo.

3.23. Módulo Fotovoltaico: Utilizamos como base, o módulo RS8I585M-F30, por sua boa eficiência e adequação ao espaço disponível.

3.24. O módulo RS8I585M-F30 está indicado como referência preliminar. A escolha final dependerá da disponibilidade de mercado e da compatibilidade com o Projeto Executivo.

3.25. Proteções Requeridas no Sistema:

3.26. Parte CC (Corrente Contínua): o sistema deve incluir fusível de proteção contra sobrecorrente, chave de seccionamento sob carga em corrente contínua, proteção contra surtos (DPS) e demais dispositivos previstos para garantir segurança e manutenibilidade.

3.27. Parte CA (Corrente Alternada): deverão ser instalados disjuntores termomagnéticos adequados para proteção contra sobrecorrente, além de possíveis DPS no lado alternado, conforme boas práticas da engenharia elétrica.

(Essas exigências estão em conformidade com a norma técnica ABNT NBR 16690:2019 – Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos – Requisitos de projeto, que estabelece critérios sobre dispositivos de proteção, dimensionamento de cabos, seccionalização e segurança elétrica em sistemas fotovoltaicos.)

(A escolha de módulos, inversores e demais equipamentos é indicativa, e poderá ser ajustada com base na disponibilidade de mercado e nas especificações técnicas do Projeto executivo.)

Monitoramento e gestão energética

3.28. Implantação de sistema de monitoramento remoto, possibilitando o acompanhamento em tempo real da geração de energia, consumo e indicadores de desempenho.

3.29. Integração com o inventário de emissões de GEE do TJAP, para registro da redução das emissões proporcionada pelo sistema.

Especificação da garantia do serviço

3.30. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.30.1. A contratada deverá garantir, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo, a integridade e a qualidade dos serviços executados, assegurando o pleno funcionamento e a eficiência do sistema durante todo esse período.

3.30.2. Garantias de 5 anos em inversores e 10 a 12 anos para módulos quanto a defeitos de fabricação.

3.30.3. A contratada será responsável pela solidez, segurança e desempenho do sistema, incluindo riscos técnicos e operacionais relacionados à geração de energia limpa.

3.30.4. Quaisquer falhas ou não conformidades deverão ser reparadas pela contratada sem ônus adicional, dentro do período de garantia contratual.

GESTÃO DO CONTRATO

3.31. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.32. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.33. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.34. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.35. Após a homologação da licitação, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

3.36. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.37. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

Fiscalização

3.38. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização técnica

3.39. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.40. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.41. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.42. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.43. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.44. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização administrativa

3.45. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.46. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.47. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

3.47.1. Realizar vistorias periódicas in loco para verificar a conformidade da instalação e a qualidade dos materiais utilizados;

3.47.2. Validar os relatórios de comissionamento, testes e entrega das etapas executadas;

3.47.3. Acompanhar a fase de operação assistida e o cumprimento das garantias contratuais.

Gestor do contrato

3.48. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.49. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.50. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.51. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.52. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.53. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.54. Ao receber da fiscalização os documentos relativos ao faturamento, o gestor do contrato concluirá a fase de liquidação da despesa, após conferência de todos os aspectos legais e contábeis, encaminhando os autos para pagamento.

3.55. O gestor do contrato receberá e dará encaminhamento imediato:

3.55.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

3.55.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

3.56. Compete ao gestor do contrato, em especial:

3.56.1. Acompanhar a execução contratual, assegurando que os serviços e fornecimentos sejam realizados de acordo com o projeto executivo aprovado e com as condições pactuadas;

3.56.2. Controlar prazos, medições, cronogramas e pagamentos, verificando a conformidade entre o executado e o contratado;

3.56.3. Promover a interlocução entre a contratada, a concessionária de energia (Equatorial Energia) e as áreas técnicas do TJAP, a fim de dirimir eventuais dúvidas ou entraves na execução;

3.56.4. Relatar eventuais falhas, descumprimentos ou necessidades de ajustes, encaminhando-os à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.56.5. Garantir que sejam observadas as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e boas práticas de engenharia durante toda a execução;

3.56.6. Manter registro documental de todas as ocorrências relacionadas ao contrato, para fins de controle, auditoria e prestação de contas.

3.57. O processo de fiscalização será documentado em relatórios periódicos, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência da execução contratual, em atendimento aos princípios da administração pública.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Liquidação

5.1. Preço:

5.1.1. **O valor total do contrato é de R\$ XXXXXX (XXXXXXX);**

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. A avaliação da execução do objeto observará o disposto neste item, quando não houver Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

5.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.2.1.1. não produzir os resultados acordados;

5.2.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.2.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

5.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.3.1. O recebimento provisório será realizado após a entrega e instalação integral do sistema fotovoltaico, mediante termo circunstanciado emitido pelo fiscal técnico do contrato, atestando a conformidade com o projeto executivo aprovado, a realização dos testes de desempenho, o comissionamento inicial e a autorização da concessionária de energia para conectar o sistema.

5.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

5.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

5.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

5.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último, em consonância com o item 5.3.1;

5.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da nota fiscal, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

5.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.11. O recebimento definitivo deverá ocorrer após o prazo de operação assistida e cumprimento das eventuais pendências identificadas no recebimento provisório, mediante emissão de termo de recebimento definitivo, condicionado à entrega de toda a documentação técnica, manuais de operação, garantias contratuais e projeto “as built”. Ocorre após energização pela Equatorial (comprovada por documento de vistoria/parecer), relatório de comissionamento aprovado e monitoramento remoto operante por 30 dias.

5.12. A aceitação do objeto está vinculada ao correto funcionamento do sistema, à conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos no ETP e ao atendimento das exigências da concessionária Equatorial Energia para a interligação do sistema à rede elétrica.

5.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o

limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.18.1. o prazo de validade;
- 5.18.2. a data da emissão;
- 5.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.18.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 5.18.5. o valor a pagar; e
- 5.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

5.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

Forma de pagamento

5.28. O pagamento será efetuado em conformidade com o kWp instalado e em pleno funcionamento, inclusive com a conexão à rede elétrica da equatorial e condicionado ao atesto das medições pelo gestor e fiscal do contrato;

- 5.28.1. Não serão realizados pagamentos sem a devida comprovação da execução da etapa correspondente;

5.28.2. Havendo falhas, pendências ou não conformidades, o pagamento poderá ser suspenso até a completa regularização pela contratada, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

5.29. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (REAJUSTE E REVISÃO)

Do Reajuste:

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano mencionado no item anterior os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. É dever e responsabilidade exclusiva da Contratada a apresentação do pedido de reajuste junto à Administração Pública, por escrito, anexando a memória de cálculo e a documentação pertinente que demonstre a variação dos custos.

6.4. O pedido deve ser apresentado a partir da data em que se completar o período de 12 (doze) meses, durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão do direito ao reajuste do período anterior.

6.5. Caso o índice, no momento da prorrogação, ainda não tenha sido publicado oficialmente, a contratada deve manifestar o interesse expresso quanto ao reajuste, ficando a seu cargo a demonstração analítica dos valores quando da efetiva publicação do índice.

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

Da Revisão:

6.10. O reequilíbrio por meio de revisão de preços dar-se-á em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a

repartição objetiva de risco estabelecida no contrato. A base para cálculo da revisão retroagirá até a data do fato que a motivou e deverá ser formalizada por termo aditivo próprio.

6.11. Ficarà a cargo da contratada a demonstração da necessidade de revisão nos preços contratados, devendo encaminhar os pedidos devidamente fundamentados e justificados, com documentos de comprovação de suas alegações e planilhas com os novos valores, podendo ainda a contratante fazê-lo, unilateralmente, quando verificar as ocorrências descritas no item 6.10, com as devidas justificativas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

7.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, conforme o caso;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

7.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.6. Aplicar ao contratado as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Estado do Amapá para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, quando for o caso;

7.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, caso possua.

7.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.11. Nomear gestor e fiscais técnico, administrativo e requisitante do contrato, conforme o contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

7.12. Encaminhar formalmente a demanda por meio de nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente, de acordo com os critérios estabelecidos neste termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021);

8.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação, vestuários e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão

atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, respeitando as normas referentes à segurança e medicina do trabalho;

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros por dolo ou culpa de seus representantes legais, prepostos ou empregados, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 05 dias, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.13. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta, quando for o caso;

8.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.20. A contratada deverá respeitar as Normas e Legislação Ambiental regulamentadoras pertinentes, em especial, quanto a devida destinação final dos resíduos gerados e quanto a poluição sonora;

8.21. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

8.22. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

8.23. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.

9. CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e

registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

10.1.1. Será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

10.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

10.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

10.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

10.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

10.2.6. A apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

10.3. Da garantia da execução do objeto:

10.3.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.3.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

10.3.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

10.3.2.2. seguro-garantia;

10.3.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.3.2.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.3.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada, no prazo máximo até a data de assinatura do contrato, bem como deverá ter validade durante toda a execução do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, e ainda, permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas. A garantia, nas demais modalidades como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, títulos de capitalização e fiança bancária, deverão ser prestadas em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

10.3.3.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.3.4. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada/corrigida monetariamente através da variação do índice da poupança.

10.3.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.3.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratado; e

12.1.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, verbas rescisórias e obrigações para com o FGTS não adimplidas pelo contratado.

10.3.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.3.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, a qual deverá ser depositada, mediante “Depósito Identificado” com o CNPJ da empresa, na conta abaixo indicada:

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA Nº 3575-0 (Agência Setor Público)

CONTA CORRENTE Nº 5.217-5 (TJAP – Caução de Licitação)

10.3.8.1. A realização da restituição à empresa da caução depositada, somente ocorrerá após a certificação pela fiscalização de que os serviços foram executados fielmente e será corrigida monetariamente, devendo a contratada informar a conta bancária para devolução;

10.3.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.3.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.3.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.3.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.3.13. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.3.14. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.3.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

10.3.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Estado do Amapá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, §4º, da Lei).

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9 do item acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a descrita no item 11.2.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. (art. 156, §5º, da Lei).

11.2.4. Multa:

a. moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b. moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

b.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.9, de 25% do valor do contrato.

d. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução

total do objeto.

e. Compensatória de 5% do valor do contrato para infração descrita no subitem 11.1.1.

f. Compensatória de 10% do valor do contrato para infração descrita no subitem 11.1.2.

g. Compensatória de 15% do valor do contrato para infração descrita no subitem 11.1.4.

11.3. O valor da multa aplicada será:

11.3.1. retido dos pagamentos devidos pela Administração;

11.3.2. pago por meio de depósito bancário na conta do Tribunal Justiça do Amapá;

11.3.3. descontado do valor da garantia prestada; ou

11.3.4. cobrado judicialmente.

Parágrafo Primeiro. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Parágrafo Segundo. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado pelo gestor do contrato no processo administrativo, o Tribunal poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, conforme determinações previstas no instrumento convocatório ou no contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo, que deverá ter tramitação prioritária.

Parágrafo Terceiro. Quando houver provimento da defesa prévia, do recurso ou reconsideração da decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.

Parágrafo Quarto. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Parágrafo Quinto. Quando o contratado já tiver sofrido Advertência e reincidir na prática do mesmo ato, poderá receber nova advertência, cumulada com multa.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9º).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. os danos que dela provierem para o contratante;

11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6.6. a reincidência.

11.7. Antes da aplicação de qualquer das sanções tipificadas nos subitens 11.2.1 a 11.2.4, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.8. Da decisão que aplicar as sanções previstas nos subitens 11.2.1 a 11.2.4, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.9. Concluído o julgamento e mantida a penalidade aplicada, o processo retornará à Comissão, que certificará o trânsito em julgado administrativo, procedendo à publicação da decisão no Diário de Justiça Eletrônico e registrando as sanções nos sistemas próprios.

11.10. O Tribunal não arcará com eventuais despesas relacionadas às provas solicitadas pelo licitante ou pelo contratado.

11.10.1. As provas propostas pelo licitante ou pelo contratado, quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão

fundamentada.

11.11. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.11.1. Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil após o recebimento da intimação.

11.11.2. O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, e quando não houver expediente no TJAP.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.13. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.14. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.16. Demais disposições quanto aos procedimentos e aplicabilidade das sanções à contratada serão feitas e decididas conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 119/2024-GP/TJAP, que regulamenta o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do exercício atual, conforme dotação orçamentária abaixo discriminada:

13.1.1. O valor total de R\$ XXXXXX (XXXXXXXX), será custeado através da nota de empenho nº XXXXXX, programa de trabalho nº XXXXXXXX, elemento de despesa nº XXXXXXXXX, fonte XXXXXX.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, bem como normas internas do TJAP.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário de Justiça Eletrônico do TJAP.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DO FORO**

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Macapá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Com fundamento no § 4º do art. 784 do CPC, fica dispensada a assinatura de testemunhas quando o contrato for assinado no SEI ou por qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

Macapá-AP, *data da assinatura eletrônica.*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

CNPJ sob o nº 34.870.576/0001-21

Desembargador JAYME HENRIQUE FERREIRA

Presidente

CONTRATANTE

Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal XXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

ANEXO VI**CERTIDÃO DE VISTORIA**

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, por intermédio da Secretaria de xxxxxxxx, e do servidor xxxxxxxxxxxx, matrícula xxxxxxxx, certifica que a empresa [RAZÃO SOCIAL OU NOME FANTASIA DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL] fez vistoria técnica e tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço referente ao objeto do Edital de Pregão nº xx/xxxx.

[Município-UF], [dia] de [mês] de [ano]

[ASSINATURA]

[NOME DO SERVIDOR]

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA**

A empresa [RAZÃO SOCIAL OU NOME FANTASIA DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL] declara ao Tribunal de Justiça do Estado Amapá que não fez vistoria nos locais onde ocorrerá a prestação do serviço referente ao objeto do Edital de Pregão nº xx/xxxx, assumindo inteiramente a responsabilidade e consequências por essa omissão, mantendo as garantias exigidas.

[Município-UF], [dia] de [mês] de [ano]

[ASSINATURA]

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA

Razão social:
Cnpj:
Endereço:
E-mail:
Contato telefônico:
Número de whatsapp:
Dados bancários (banco, agência e conta corrente):
Nome do representante legal da empresa:

[Sugere-se um texto de apresentação]

Objeto:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Subtotal
Total					

Validade da proposta: 180 dias.

Município-UF, dia de mês de ano
Assinatura

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO
(RESOLUÇÃO CNJ Nº 7/2005)

A [RAZÃO SOCIAL], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede à [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], na qualidade de [CARGO/FUNÇÃO], DECLARA, para fins de participação no certame em epígrafe e sob as penas da lei, que não incorre em prática de nepotismo, especialmente na hipótese prevista no art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7/2005, não possuindo em seu quadro societário (sócios, acionistas controladores, administradores, diretores ou equivalente) cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, bem como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, todos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá – TJAP.

A declarante afirma que mantém controles internos suficientes para verificação da veracidade das informações aqui prestadas, comprometendo-se a comunicar imediatamente ao TJAP qualquer alteração superveniente que possa configurar a situação vedada, e declara estar ciente de que a falsidade desta declaração poderá ensejar sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, conforme a legislação aplicável e as disposições do edital.

Município-UF, dd de mês de ano.

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO X

TERMO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL

A empresa [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [número], com sede na [endereço completo], neste ato representada por seu(sua) representante legal, [nome completo], DECLARA, para fins de habilitação no procedimento licitatório promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, que, caso seja declarada vencedora do certame, se compromete a contratar o(a) profissional abaixo qualificado, como responsável técnico para execução do objeto licitado:

Nome do Profissional: [nome completo]

Registro no CREA: [número/UF]

Especialidade: Engenharia Mecânica

O referido profissional declara, por meio deste termo, sua ciência e concordância com a contratação em caso de adjudicação do objeto à empresa acima identificada, responsabilizando-se tecnicamente pela execução dos serviços, conforme legislação vigente, especialmente as disposições do Sistema CONFEA/CREA e da Lei nº 14.133/2021.

Declaram ainda as partes que este compromisso será formalizado por meio de contrato de trabalho, prestação de serviços ou outro instrumento legal, no prazo compatível com a assinatura do contrato decorrente do certame.

[Município/UF], [dia] de [mês] de [ano]

Referência: Processo nº 0019658-91.2025.8.03.0901

SEI nº 0297144